



É com confiança que preparamos o futuro!

O tempo é difícil, mas, com a FENPROF, os Professores:

- Levaram o MEC a recuar na intenção de introduzir o novo regime de vínculos no ECD
- Continuam a ganhar processos em tribunal que obrigam o MEC a pagar indemnizações por caducidade dos contratos
- Já começaram a ganhar processos em tribunal quanto à progressão na carreira de docentes do índice 245
- Garantiram a abertura de dois novos cursos de profissionalização pela Universidade Aberta
- Garantiram a resolução dos problemas dos DCE e DACL

É com a FENPROF e os seus Sindicatos que os Professores irão resistir e combater políticas que atacam os seus direitos e destroem a Escola Pública.

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | n° 256 | Janeiro 2012 | 0,50 Euros



Virar a página

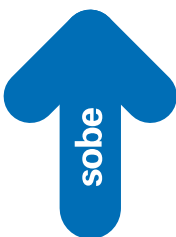
Em defesa da profissão,
contra a destruição
da Escola Pública



11 DE FEVEREIRO

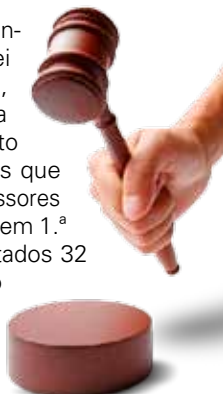
Grande manifestação nacional em Lisboa: ao medo e à resignação dizemos NÃO!

Como sublinhou a CGTP-IN em recente conferência de imprensa, “para além do acelerado desemprego, as medidas de austeridade provocarão um desmesurado aumento do custo de vida e significativos cortes nos rendimentos dos trabalhadores, empobrecendo drasticamente o país”. A Central unitária realça que “é preciso reagir” e que “é preciso criar alternativas, porque outro futuro é possível”. Entre as várias iniciativas de protesto agendadas para o primeiro trimestre deste novo ano de 2012, a CGTP-IN chama a atenção para a concentração de ativistas sindicais junto à Assembleia da República em **18 de janeiro** e deixa um forte apelo à participação na marcha de 7 km no Vale do Ave / Guimarães, em **21 de janeiro**, na Grande Manifestação Nacional, em Lisboa, contra o medo e resignação em **11 de fevereiro** e nas marchas da juventude contra a precariedade. ●



Tribunais condenam MEC

O MEC recusou pagar aos docentes a compensação por caducidade de contrato, tal com a lei estabelece. Os tribunais já condenaram o MEC, com quatro sentenças distintas, a pagar aquilo a que têm direito os docentes que cessam contrato de trabalho e há ainda centenas de processos que aguardam decisão. Também em relação aos professores “estancados” no “índice 245”, o MEC perdeu, em 1.ª instância, um processo em que são representados 32 docentes. Confirma-se, assim, que o governo e o MEC não olham a meios para atingir os seus fins, ainda que sejam os menos recomendados... depois acontece-lhes destas! ●



O papel de Cavaco

Na televisão, as imagens não enganavam: Cavaco Silva, na qualidade de Presidente da República, analisava, de ar compenetrado, a Lei do Orçamento do Estado para 2012 com a intenção de decidir se a promulgava ou vetava. Logo a seguir, porém, passava a notícia de que a troika, não obstante o OE não ter sido ainda aprovado, já exigia novos e mais violentos cortes na Educação e na Saúde. Cavaco era igual a si mesmo: por um lado, dizia-se e aparentava preocupação; por outro, agia como sempre agiu, ao lado dos que exploram o país e empobrecem ainda mais os portugueses. ●



Estatuto

04

Defender ECD é uma prioridade

Em foco

06

Entrevista a

Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF

Precariedade

09

Adiada mais umavez resolução de um problema

Deolinda Martin

Mudança Curricular

13

“Cortar é o que está em cima da mesa”

JPO

14

Sobre o diploma do M.E. ou de como restaurar o sistema anterior à LBSE

Rolando Silva

17

Repensar o 1º Ciclo do Ensino Básico: Instituir as Equipas educativas

Francisco Almeida

Gestão

19

Democracia nas escolas: por que faz falta?

Manuela Mendonça

Sistema Educativo

22

Educação na Região Autónoma da Madeira

Rol de intenções requeutado

Nélio de Sousa

Nacional

24

Alteração do regime jurídico

Protecção no desemprego? Uma farsa!

Internacional

26

Depoimento sobre a situação na Argentina

Como superámos a crise

Eduardo Pereyra

Culturais

28

Alves Redol

Levar às novas gerações a mensagem humanista do *escritor da lezíria*

JPO



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.loblo@sprc.pt | Conselho de Redação: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 58.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial - R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Todos juntos conseguiremos ser mais fortes, organizados no quadro de um sindicalismo que faz a diferença porque não desiste e é ancoradouro de esperança de quantos continuam a confiar e a lutar por um futuro melhor.



Da luta, mais dura é a razão que a sustém!

O ano de 2012 inicia-se triste e desalentado, com os portugueses cilindrados por uma bateria de propaganda ao regime. De Rebelo a Camilo, a diferença maior reside no dia em que pregam sobre inevitabilidades. Neste início de ano, ninguém, no seu perfeito juízo, ousou pensar que tem pela frente um bom ano, pelo que se esgotaram os desejos de saúde que outra coisa não havia para desejar.

Menos pessimistas estarão os agiotes e especuladores que vivem à custa da crise que instalaram e que nos asfixia sendo que esta acaba por ser uma capa quase perfeita que permite aos neoliberais, hoje no poder, levarem por diante o seu projeto político. Alegam a impossibilidade de se percorrerem outros caminhos, omitindo que foram eles que minaram aquele outro que a democracia portuguesa percorria.

2012 – um ano para (não) esquecer

Em 2012, já se sabe, está, para já, previsto o corte dos dois subsídios que somará ao de parte dos salários, já aplicado este ano; anuncia-se um surto de desemprego que atingirá milhares de professores, entre muitos outros trabalhadores; reduzem-se drasticamente os orçamentos dos serviços públicos com graves consequências para o seu funcionamento e a qualidade das respostas que prestam aos cidadãos; aumentam-se todos os custos de bens e serviços, em alguns casos de forma absolutamente brutal, havendo já quem se questione sobre a possibilidade de, neste contexto, resistir. Emigrar, está visto, não é solução, exceto para quem se quer livrar de cidadãos, transferindo-os para governos alheios.

Na Educação, o OE para este ano impôs uma redução de 1.500 milhões de euros que somam aos 800 milhões de 2011. Insatisfeita, a troika quer cortar mais 380 milhões, o que, a acontecer, agravará ainda mais a catástrofe anunciada.

Tantos milhões serão reduzidos à custa de quê? Quase todos à custa de salários, empregos, horários de trabalho ainda mais violentos e desumanizados, apoios sociais retirados a quem trabalha ou atravessa um momento de fragilização pessoal.

O governo tem pressa em tomar todas estas medidas e, por essa razão, pretende avançar e concluir rapidamente os processos que levam à sua aprovação. As alterações curriculares estão no terreno tendo por objetivo maior a redução do número de docentes; o encerramento de escolas e os novos mega-agrupamentos avançam a grande velocidade; a revisão do modelo de gestão já tem data marcada para se iniciar (26 de janeiro) prevendo-se ser

intenção do governo, como ameaçou em campanha, “musculá-la” em definitivo; quanto aos concursos, parece já haver uma primeira versão do modelo de contratação que, em breve, também estará em cima da mesa... e outras medidas se anunciam como a extinção de praticamente todos os projetos educativos, o aumento do número de alunos por turma ou o encerramento de muitos cursos e, provavelmente, instituições do ensino superior. Na mira dos governantes estão ainda as carreiras, que pretendem dismantelar (simplificar, na linguagem da direita) e as tabelas salariais que querem desvalorizar. Quanto aos impostos, esses galopam quase diariamente.

Emigrantes cá dentro

Tudo isto é feito “à pala” da crise e às vítimas destas políticas, o governo recomenda que emigrem. Ao slogan “faça férias cá dentro...” segue-se agora o conselho “...e a vida lá fora”. Só que, perguntar-se-á, precisarão os portugueses de emigrar para se sentirem estranhos? Com este país a soldo, vendido ao desbarato a chineses, angolanos, alemães, franceses e a quem mais se dispuser a comprar uma fatia com brinde (as da fava ficam para consumo interno); com este país dirigido, de facto, pela satânica aliança franco-alemã e sugado por um FMI de ganância infinita... que mais precisam os portugueses para se sentirem emigrantes cá dentro?

É, pois, em nome da soberania do país e do seu povo e em defesa dos direitos, dos salários, do emprego, dos apoios que constituem bens sociais... afinal de contas, do futuro, que os portugueses – e os professores sem dúvida – terão de lutar muito em 2012. Essa será a única inevitabilidade que, é certo e sabido, Rebelos e Camilos não irão pregar...

Todos juntos conseguiremos ser mais fortes, organizados no quadro de um sindicalismo que faz a diferença porque não desiste e é ancoradouro de esperança de quantos continuam a confiar e a lutar por um futuro melhor.

A luta que nos espera é muito dura, mas mais dura será a razão que a sustém! •

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

Defender ECD é uma prioridade

Nuno Crato quis introduzir, num quadro de retrocesso civilizacional, alterações extremamente negativas para o futuro da profissão docente, que se tinha comprometido não fazer. FENPROF obrigou MEC a recuar.



Porém, à última da hora, “como quem não quer a coisa”, lá foi tentar alterar o regime de emprego e o vínculo laboral com o Estado. Caso as alterações pretendidas pelo ministro fossem avante estaríamos perante uma intentona contra a profissão docente com efeitos muito mais negativos para estabilidade profissional. O emprego e a transparência nos concursos seriam definitivamente postos em causa.

Porém, a FENPROF protestou veementemente contra esse procedimento e exigiu que fossem retirados todos os artigos e/ou pontos que não se relacionassem com a avaliação de desempenho.

O que Nuno Crato procurava já tinha sido tentado por duas vezes: em 2009, ainda no mandato de Lurdes Rodrigues, foram muitas as escolas que notificaram os docentes da sua passagem de docente do quadro para trabalhador com um contrato por tempo indeterminado, só que, após o protesto da FENPROF e a reclamação jurídica de milhares de professores, acabou por ser reposta a situação anterior; depois, já no âmbito da revisão do regime de avaliação, em 2010, a equipa de Isabel Alçada tentou integrar as mesmas alterações no Estatuto revisto, mas acabou por retirar esses artigos que também surgiram já num momento final da negociação, novamente depois do protesto desta Federação.

As consequências de uma eventual alteração destas normas no ECD poderão ser gravíssimas, ainda mais num momento em que o governo se prepara para tomar medidas que visam afastar do sistema muitos milhares de

docentes (mexidas curriculares, encerramento, mega-agrupamentos, aumento do número de alunos por turma, extinção de projectos, aumento do horário de trabalho, entre outras)!

Ao contrário do que se tem tentado fazer passar, não se trata do interesse em fazer uma mera “harmonização” do ECD com outras leis. Não! Há outros objectivos! Objectivos que contam com a complacência dos sindicatos da UGT que deram o seu acordo à aplicação à administração pública de um regime de contrato de trabalho em funções públicas que visa, no fundo, privatizar o vínculo público e retirar garantias profissionais aos trabalhadores deste sector.

Com a introdução destas alterações poderiam ter ficado em causa:

- Os quadros de escola e/ou agrupamento (com a sua substituição por mapas de pessoal que, anualmente, mereceriam revisão, gerando despedimentos e instabilidade);
- Os contratos a termo (que se transformariam em contrato por tempo indeterminado);
- A entrada na carreira (ficando, esta, dependente de um concurso com esse único objectivo);
- A relação entre entrada na carreira e mais estabilidade profissional (pois coexistiriam docentes na carreira e fora dela no universo de contratados por tempo indeterminado);
- A existência de concursos nacionais, universais e transparentes (com a publicação de portarias de contratação ajustadas às necessidades isoladas de cada escola/disciplina/departamento curricular)
- A estabilidade dos docentes dos quadros

(com a possibilidade de despedimento de docentes que hoje são dos quadros, através de um eventual mecanismo de cessação de contrato com indemnização).

Com a alteração do Estatuto da Carreira Docente naquela linha o “período probatório” poderia vir a coincidir com o designado “período experimental”, passando os docentes a ser alvo de uma dupla “experimentação” ambas com o intuito de os poder afastar da docência a “custo zero”.

Percebe-se melhor assim a grande susceptibilidade destas mudanças, que, a terem-se efectivado, poderiam vir a resultar em problemas muito graves para os professores, nomeadamente no que respeita às suas condições de trabalho, carreira, salário e mesmo emprego. | LL ●

Revisão do ECD só alterou aspectos relativos à avaliação

“Independentemente da luta geral, com os demais trabalhadores, contra normas que foram aprovadas para tornar instável o desempenho profissional na Administração Pública, a FENPROF considera muito importante que as mudanças que Nuno Crato pretendia introduzir no ECD não tenham seguido outro curso senão o de saírem do texto da revisão, dadas as óbvias implicações que teriam, não apenas nos vínculos, mas em muitos aspectos da organização e do funcionamento das escolas, bem como do exercício profissional dos docentes.”

A erosão da condição estatutária

RUI ASSIS (Consultor Jurídico do SPN)

Os estatutos de carreira docente que conhecemos hoje (do ensino básico e secundário, do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico), relativamente recentes nas suas versões normativas actuais, exprimem, em primeira linha e antes de mais, o reconhecimento de uma condição estatutária profissional, de um estatuto profissional específico associado à profissão docente.

São pois, nessa medida, algo mais e até algo anterior ao corpo normativo concreto, ao conjunto de normas que identificamos como estatuto de carreira docente.

A verdade é que a tendência que verificamos nos últimos anos tem acentuado uma erosão dessa referida condição estatutária e descaracterizado, também consequentemente, os próprios estatutos de carreira docente.

Em particular, a reforma operada a partir de 2008 no quadro do regime jurídico das funções públicas – e que assentou na denominada lei dos vínculos, carreiras e remunerações, LVCR – deixou o ECD verdadeiramente encurralado entre essa lei geral dominante e o regime do contrato de trabalho em funções públicas, também ele de aplicação generalizada e vocação exhaustiva. E a articulação concreta desses diversos níveis normativos, desenhada hierarquicamente com predominância da LVCR e do ECD relativamente ao regime do contrato de trabalho em funções públicas, acaba por se revelar perversa no que à identidade das normas estatutárias diz respeito.

Com efeito, as alterações concretas que o ECD tem conhecido mais recentemente não só impõem regras descaracterizadoras da especificidade da condição docente, como acabam por deixar reservado às normas estatutárias um papel quase apenas regulamentar, o qual, depois, vem ainda a dissolver-se em normas menores, de matriz predominantemente burocrática e de negociação quase nula.

Trata-se pois de um processo de osteoporose de uma condição estatutária profissional, mais do que singelamente um certo esvaziamento das normas específicas do ECD. De tudo resultando, manifestamente, a perda de uma certa marca de água profissional na sua configuração e protecção jurídico-política.

ILEGALIDADE

Professores reclamaram

Sobretaxa sobre o rendimento através da retenção na fonte de parte do subsídio de natal

Ao abrigo do previsto no artigo 99º-A (Retenção na fonte – Sobretaxa extraordinária) do Código do IRS, a título de retenção por conta da sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS aprovada pela Lei nº 49/2011, que aditou o artigo 72º-A (Sobretaxa extraordinária) e o referido 99º-A ao código do IRS, o governo aprovou a obtenção de uma receita extraordinária, obtida através de parte do rendimento colectável em 2011, o que poderá perfazer em muitos casos um valor superior a 50% do subsídio de Natal.

Ora, a referida retenção na fonte por conta do imposto/sobretaxa extraordinária de 3,5% sobre o rendimento sujeito a IRS no ano 2011 é, a nosso ver, ilegal.

Para a FENPROF, segundo parecer jurídico que deu corpo à reclamação interposta por muitos professores até 23 de Dezembro, os trabalhadores “não previam, nem podiam prever a aplicação de uma *sobretaxa extraordinária* sobre o rendimento do seu trabalho auferido ao longo do ano de 2011 por uma lei publicada apenas em 07/09/2011 (quando já haviam transcorrido quase dois terços do ano) e que lhes iria ser retida na fonte, por conta desse imposto, uma grande parte do seu subsídio de Natal. Por outro lado, para além de outras considerações que constavam da referida reclamação, “tal sobretaxa extraordinária, apesar da denominação utilizada pelo legislador, trata-se de um novo imposto que incide, essencialmente, sobre os rendimentos

do trabalho auferidos durante o ano de 2011 por sujeitos passivos residentes em território português.”

Na consulta jurídica realizada, constatou-se, assim, que estamos perante uma “sobretaxa extraordinária” com regras de incidência (real e pessoal), taxa, regime de deduções à colecta e de retenção próprias, (...) diferentes das que são aplicadas em sede de IRS, pelo que se trata de um novo imposto.

Para estes juristas é inequívoco que: ... tratando-se de um imposto que incide sobre todos os rendimentos, mesmo sobre os que se reportam a meses anteriores a Setembro de 2011;

... e por esse motivo, não ter sido aprovado em sede de Orçamento de Estado... é retirada a base legal que lhe poderia dar sustento.

Inconstitucional

O corte no subsídio de Natal e nos rendimentos de 2011 assim operados é, também, inconstitucional por violar os seguintes princípios: princípio constitucional da igualdade (art. 13º da Constituição da República Portuguesa); princípio da tipicidade qualitativa da receita – nº 3 do art. 42º da redacção vigente da Lei 91/2001.

É, pois, nesse sentido que se reafirma como justa e adequada a acção que a FENPROF decidiu desencadear, aguardando-se a normal tramitação legal deste processo. | LL ●

+ INFO www.fenprof.pt





ENTREVISTA

Mário Nogueira

Contrariar um caminho de destruição, com os sindicatos e com luta

“Os portugueses estão a perder direitos, rendimentos, condições de trabalho e de vida; ao mesmo tempo, Portugal perde autonomia e soberania; o país é vendido a retalho e ao desbarato a estrangeiros que continuam a ganhar com a crise dos outros e, não tarda, sentir-nos-emos emigrantes cá dentro”, alerta Mário Nogueira em entrevista ao JF.

Jornal da FENPROF: A FENPROF sublinhou, junto dos professores e da opinião pública, que as políticas definidas pela troika para a educação pretendem impor uma nova fase – a da destruição da Escola Pública – à qual é preciso resistir. Como entendes que se poderá desenvolver essa resistência?

Mário Nogueira (MN): A Escola Pública é um bem social imprescindível, pelo que a sua defesa deverá constar da lista de prioridades de todos os portugueses, em particular dos trabalhadores. Dos professores e educadores, por razões óbvias, exige-se um empenhamento particular nesta luta de resistência, ainda mais num momento em que, assumidamente, o governo desvaloriza o preceito constitucional da Escola Pública e quer impor uma alegada

“liberdade de escolha”, princípio que é querido aos que se escondem atrás de interesses privados. Assim, unir vontades e parceiros será fundamental para que a sociedade crie um forte movimento em defesa deste bem social essencial.

JF: A FENPROF vai promover a discussão com os professores sobre a proposta do MEC de “revisão da estrutura curricular”, e sublinha que “é preciso tempo” para analisar uma matéria com esta importância. Qual será o papel da FENPROF neste debate?

MN: No imediato, denunciar a hipocrisia do governo que não pretende alterar nada, mas apenas mexer em certos aspetos de

organização, no sentido de, assim, se livrar de milhares de docentes, ainda que as consequências para a qualidade do ensino sejam negativas. A FENPROF considera que estamos perante um mero ajustamento curricular ao Orçamento de Estado e irá, com os professores, construir um parecer que, para além de provar isso mesmo, deixará clara a necessidade de uma reorganização curricular séria e a sério, coisa que o MEC não é capaz mas também não quer. Serão inúmeras as iniciativas que desenvolveremos nesta fase de discussão.

JF: O roubo de parte do subsídio do Natal motivou a entrega de reclamações nas Finanças. Porque se justificou esta acção?

MN: Porque não podemos deixar passar em claro as tropelias, ilegalidades e até eventuais inconstitucionalidades cometidas pelo governo que é quem, em primeiro lugar, deveria ser exemplar nos procedimentos. Podemos até achar que os tribunais não nos darão razão, podemos, mas isso é discussão de outra sede... É evidente que esta ação jurídica não substitui o protesto na rua e nos locais de trabalho, mas também tem importância. Neste caso, trata-se de contestar no tribunal um roubo que consideramos inconstitucional, mas que o governo faz sob ordens de uma troika que se considera acima ou à margem de qualquer lei.

JF: 2011 foi outro ano muito difícil para a escola pública e para os professores. Mesmo assim, com a luta e a intervenção sindical, é possível apontar alguns resultados positivos para os docentes?

MN: Sim, apesar das enormes dificuldades foi possível introduzir alterações à avaliação de desempenho que, sem resolverem o problema, o atenuam, o governo recuou na intenção de introduzir o novo regime de vínculos no ECD, resolveram-se os problemas dos docentes candidatos a DCE e DACL, garantiu-se a abertura de novos cursos para a profissionalização de docentes pela UA, evitou-se que o ME eliminasse, na prática, a componente de trabalho individual do horário dos docentes... Também nos tribunais ganhámos alguns processos que garantiram o pagamento de compensação a docentes por caducidade de contrato ou, em primeira instância, o direito a reposicionamento no índice 299 de docentes impedidos de sair do 245 por força do congelamento. São pequenos ganhos avulsos, é certo, mas que confirmam que mesmo em tempos tão negros como os que correm é possível, quando se luta, obter alguns resultados.

JF: Este MEC vai ficar para a história como o Ministério da asfixia financeira. Pode-se considerar que o traço mais negativo do Ministério dirigido por Nuno Crato é a política dos sucessivos cortes financeiros – impostos pela troika e pelo Ministério

das Finanças – com reflexos diretos no emprego docente?

MN: Pode-se considerar que, tal como todo o governo, Crato e a sua equipa são reféns da troika e estão dispostos a aplicarem todas as suas diretivas, independentemente das implicações que possam ter. Conhecendo-se o Cratês, hoje melhor do que nunca, percebe-se que o atual ministro é um ótimo servidor destas políticas que pervertem a Escola Pública e a transforma em algo diferente do que prevê a Constituição da República Portuguesa.

JF: Recentemente, PSD, CDS e PS impediram no Parlamento a aprovação de projetos de lei para vinculação dos professores. São os únicos responsáveis pela situação? Que fazer, agora?

MN: Desde 2007 aposentaram-se cerca de 20.000 docentes e entraram nos quadros 396. Isso significa que foi deliberado precarizar a profissão docente e para quê? É simples, para que no momento de reduzir professores bastasse esperar pelo fim dos seus contratos. Ora, nesse sentido, seria estranho que PS antes e PSD ou CDS agora aprovassem mecanismos que vinculassem docentes de que se querem livrar. É até curioso que o CDS do poder parece ter esquecido a recomendação que apresentou e foi aprovada na Assembleia da República quando estava na oposição. O vínculo seria muito importante para os professores, é evidente, mas também para a organização pedagógica das escolas e o seu funcionamento, assim como para a qualidade do ensino. Que fazer? Continuar a lutar. Esta é mais uma das justas lutas que os professores, com a FENPROF, têm desenvolvido intensamente.

JF: Continua a ser difícil mobilizar mais jovens professores para a intervenção e o protesto. Trata-se de um problema sindical ou de cidadania?

MN: Quando há um problema, as responsabilidades são sempre partilhadas. Eventualmente, a abordagem, hoje dos problemas da contratação é muito diferente da que era feita há poucos anos. Nessa altura o contrato era a antecâmara da estabilidade e nós lutávamos por antecipá-la; hoje, o contrato é a alternativa ao desemprego, e os professores contratados lutam por renová-lo ou conseguir outro.

Poderá haver, por isso, neste processo, um desajustamento, mas também compete aos Sindicatos tornar os professores exigentes e lutarem pelo que é justo para a sua vida e o seu futuro. É verdade, também, que a mobilização dos professores contratados não tem sido fácil. Há pequenos grupos de colegas que se mexem mas, infelizmente, a maioria não aparece nas lutas mesmo quando estas têm a ver exclusivamente com o seu problema. É um mau sinal, pois indicia um tempo difícil e muito preocupante em

que as margens de esperança se estreitam perigosamente.

JF: Nos finais de 2011 a FENPROF realizou uma conferência nacional dedicada aos problemas do ensino superior e da investigação. O que representou para o sector e para a FENPROF?

MN: Foi uma conferência de grande importância. Atualizámos discussões e posições, quisemos encontrar respostas novas para problemas novos que hoje se colocam aos docentes e investigadores, debatemos novas formas de organização interna e nos locais de trabalho, procurámos formas de reforçarmos a nossa presença junto dos professores e investigadores do Ensino Superior. Foi muito representativa esta conferência, com delegados de praticamente todas as instituições do país, que demonstraram terem preparado bem a sua participação na Conferência. A FENPROF, mais uma vez deixou muito claro ser a mais importante organização sindical de docentes também no setor do Ensino Superior.

JF: Aproxima-se o Congresso da CGTP-IN, um momento particularmente importante para o movimento sindical unitário. De que forma os contornos do momento em que se realiza, como a renovação que terá lugar no trabalho de direção da grande Central podem influenciá-lo? O que é que se pode esperar deste Congresso em termos de ação futura?

MN: Este Congresso realiza-se em momento de grande importância da vida nacional e, em especial, dos trabalhadores. Para a CGTP será importante a renovação e o rejuvenescimento que dele irão resultar, pois a seiva nova, também nas organizações sociais, as reforça. Importará que este congresso, no

respeito pelo passado, dê respostas adequadas e prepare o futuro da ação sindical. Quanto ao futuro, este será, sem dúvida, um congresso de proposta, de protesto e de luta. Isso ver-se-á, logo a seguir, na Grande Manifestação Nacional de 11 de fevereiro e nas lutas que se seguirem.

JF: No final de 2011 os trabalhadores portugueses realizaram uma Greve Geral contra o empobrecimento e as desigualdades sociais. A pobreza não acabou e as desigualdades acentuam-se. A luta não precisa de recrudescer? Os trabalhadores portugueses terão que recorrer de novo à Greve Geral? Há condições para avançar para uma luta dessa envergadura?

MN: Contrariamente ao que repetem os governantes e os seus comentadores de serviço, inevitável só mesmo a luta! Se não continuarmos a lutar e cada vez com mais energia estamos tramados, pois a situação irá piorar. Os portugueses estão a perder direitos, rendimentos, condições de trabalho e de vida; ao mesmo tempo, Portugal perde autonomia e soberania; o país é vendido a retalho e ao desbarato a estrangeiros que continuam a ganhar com a crise dos outros e, não tarda, sentir-nos-emos emigrantes cá dentro. Como contrariar este caminho? Não há outra solução: só a luta é e faz caminho e, nesse sentido, os sindicatos continuam a ser espaços insubstituíveis de organização e ação.

JF: É possível garantir a defesa da Escola Pública desligada de outras conquistas sociais do povo português, como, por exemplo, o direito a uma segurança social pública, universal e solidária ou o serviço nacional de saúde?

MN: De forma alguma. O que conhecemos por Estado Social assenta em pilares que são fundamentais e a Escola Pública é um deles. A sua destruição levará à desestabilização da estrutura que, pouco a pouco, irá cedendo até se desmoronar. Esta é, de todo, uma questão política de fundo. Os neoliberais que hoje ocupam o poder têm referências que não passam pelas que caracterizam o Estado Social.

JF: O sindicalismo – estamos a pensar num sindicalismo interveniente, de classe, genuíno, independente, profundamente ligado aos trabalhadores e aos seus anseios – continua a ser uma espinha atravessada na garganta das forças conservadoras e de muitos “opinion makers”. Este sindicalismo tem futuro?

MN: Só esse tem futuro. Os trabalhadores não precisam de sindicatos que se alimentam das migalhas que o poder deixa cair e se sujeitam a arrastar pelos corredores desse poder. Precisam de um sindicalismo de proposta clara e que aponte no sentido da mudança; um sindicalismo capaz de lutar pelos objetivos que se propõe atingir; um sindicalis-

“
Tal como todo o governo, Crato e a sua equipa são reféns da troika e estão dispostos a aplicarem todas as suas diretivas, independentemente das implicações que possam ter.”

mo de classe, capaz de contribuir para a transformação social... esse será sempre muito atacado, mas resistirá. Houve quem dissesse que este sindicalismo com uma matriz de classe não resistiria ao dobrar do século, afinal dobrou e continua de coluna vertebral direita...

JF: Está prevista alguma campanha nacional de incentivo à sindicalização de professores e educadores? De que forma a sindicalização é vital para a ação dos trabalhadores?

MN: Sim, o incentivo à sindicalização está sempre presente na nossa ação, tanto mais que os Sindicatos da FENPROF vivem apenas das quotizações dos professores, o que é extremamente importante para poderem manter a sua autonomia face ao poder. É nestes momentos tão difíceis como o que vivemos que faz ainda mais sentido ser sindicalizado, pois só unidos no espaço solidário que é o Sindicato será possível construir a força indispensável para responder à ofensiva fortíssima que está em curso contra quem trabalha, será possível resistir e dar rosto às mudanças que se exigem. Cada um por si será demasiado frágil para se aguentar nesta tempestade e só organizadamente, nos seus Sindicatos, os trabalhadores responderão, como devem, aos ataques a que estão sujeitos.

Além disso, os Sindicatos garantem um conjunto de apoios, desde jurídicos a outros, nos mais diversos domínios, que são importantes à vida das pessoas. Há quem, por vezes, refira o pagamento da quota como um constrangimento à sindicalização, mas convirá esclarecer que sendo esta deduzida, em parte, em sede de IRS, na prática o seu valor é de metade, às vezes menos, do que o que é descontado mensalmente. Trata-se, por isso, de um gasto menor que garante um apoio efetivo aos professores, como, nos restantes setores, a todos os trabalhadores.

JF: Há desencanto e alguma desmobilização por parte dos professores e educadores? Quais as raízes dessa situação? Os professores vão voltar a fazer grandes manifestações?

MN: Penso que há, sobretudo, algum cansaço, o que é natural. Dir-se-ia que estamos a assistir a um certo "descanso do guerreiro" que a luta é como a vida, tem também os seus momentos menos ativos, mas a eles não nos podemos acomodar. Penso que a pressão e os sacrifícios que tem caído sobre os trabalhadores têm sido fortíssimos e, de momento, sente-se algum esmagamento. Mas nada que algum tempo não cure. Os professores voltarão a fazer grandes Manifestações, não sei se com as mesmas características



“

Cada um por si será demasiado frágil para se aguentar nesta tempestade e só organizadamente, nos seus Sindicatos, os trabalhadores responderão, como devem, aos ataques a que estão sujeitos.

se com outras, mas voltarão à rua, umas vezes com outras, outras vezes sozinhos. Dia 11 de Fevereiro será um momento importante de convergência com demais setores laborais para, todos juntos, reafirmarmos a nossa razão que é justa e a única que, a vingar, devolve, por inteiro, a dignidade à Nação.

JF: A FENPROF aposta claramente numa política de diálogo com as mais diversas entidades, como, por exemplo, as comissões da Assembleia da República, os grupos parlamentares, as confederações de pais, as associações profissionais e científicas, entre outras. De que forma deve esta estratégia ser aprofundada em 2012 e com que objectivos?

MN: Num tempo tão difícil como exigente, só da convergência poderão surgir resultados positivos. Há quem diga que 2012 será o ano da desgraça, eu gostaria de recordar 2012 como ano em que foi possível, como nunca, unir forças para ganhar. O objetivo é claro: defender um país justo, solidário e soberano. A Escola Pública faz parte desse país. ●

Troika quer impor nova fase à Educação: a da destruição da Escola Pública...

Ainda o Orçamento do Estado para 2012 está por promulgar e já a troika impõe novas medidas ao país, à margem do OE que, neste momento, está em apreciação pelo Presidente da República para eventual promulgação, análise constitucional ou veto. Estará a troika preocupada com a decisão do Presidente da República? Claro que não e a prova é que nem o OE a preocupa, de tal forma que antes deste vigorar, já decidiu que terá de ser feito mais do que a Lei prevê. E que lei...

Segundo veio a público, as medidas adicionais que a troika impõe, afetando gravemente o futuro do país – cada vez mais posto em causa – irão repercutir-se, de novo, de forma muito relevante e violenta, no setor da Educação. Assim:

- Como se o roubo dos subsídios de Natal e férias, em 2012, fosse coisa pouca, a troika quer impor e o governo parece aceitar nova redução salarial a acrescer à que já foi feita no ano em curso;

- Como se o desemprego que existe e o que se prepara fosse ligeiro, a troika quer impor e o governo português parece aceitar mais 30.000 despedimentos na Função Pública, o que se refletirá ainda mais violentamente na Educação, setor que conta com um grande número de trabalhadores que aí são necessários;

- Como se os cortes já verificados ou aprovados na Educação fossem menores – 800 milhões em 2011 e 1.500 milhões em 2012, colocando.

Portugal em 27.º lugar no grupo dos 27, a troika quer impor e o governo português parece aceitar mais um corte de 380 milhões! Já não estamos num processo de degradação do ensino ou fragilização da Escola Pública. Estamos num processo de destruição, pois é disso que realmente se trata. Quanto à postura dos governantes em todo este processo, só há uma explicação em duas possíveis:

Mentem aos portugueses quando afirmam que não haverá mais cortes, sabendo que haverá?

Não mentem aos portugueses, pois pensam que não haverá novos cortes, visto já não governarem o país e serem simples funcionários de uma troika que decide por eles e por todos nós!

Seja qual for a justificação, de uma coisa há a certeza: os atuais governantes já desistiram do país, dos seus cidadãos e do seu futuro.

Só assim se explica que o próprio Primeiro-Ministro venha a público aconselhar que, quem quiser ter futuro, deve procurá-lo fora de portas, emigrar! É reprovável e inaceitável esta postura! ●

Adiada mais uma vez resolução de um problema

PSD, PS e CDS rejeitam vinculação de professores contratados

DEOLINDA MARTIN (Membro do SN da FENPROF)

O PCP e BE defenderam na AR, a 9 de Dezembro, a criação de um processo de vinculação para os professores com três ou mais anos de serviço e para os quais a legislação do trabalho estabelece a obrigatoriedade de contrato por tempo indeterminado.

Os professores contratados ficariam vinculados através da realização de um concurso de colocação, mediante a criação de vagas que correspondessem a necessidades permanentes do sistema educativo. Seriam consideradas vagas permanentes, as que tivessem sido colocadas a concurso de preenchimento de necessidades transitórias por três anos sucessivos ou que, durante esse mesmo período temporal, tivessem sido preenchidas mediante recurso a renovações de contratos a termo certo de docentes, convertendo-se em lugares de quadro nas escolas ou agrupamentos de escolas.

Para o PCP esta vinculação era estendida ainda aos professores de habilitação própria, com a garantia de lhes serem dadas condições para fazerem a respectiva profissionalização no espaço de 3 anos.

Até o argumento das dificuldades orçamentais do ano 2012 foi cuidado, propondo-se, no projecto apresentado pelo BE, a criação de uma situação transitória de integração na carreira pelos docentes contratados em resultado desse concurso, sendo temporariamente colocados no 1º escalão da carreira docente, correspondente ao índice remuneratório 167. Em Janeiro de 2013, esses mesmos docentes seriam reclassificados tendo em conta os anos de serviço no sistema educativo e subiriam ao escalão de acordo com a sua situação.

Estes dois projectos foram apresentados na Assembleia da República porque se considerava que os partidos do arco da governação – PSD, CDS e PS – que defenderam na legislatura anterior que o ME deveria tomar medidas que resolvessem a situação de recurso sistemático à contratação de milhares de professores, a maioria já há mais de uma década nesta precariedade de trabalho,

poderiam cumprir agora esse designio. Mas, as piores expectativas confirmaram-se, e através de verdadeiros malabarismos processuais e de discurso, romperam com o que defendiam há um ano atrás, e votaram contra as propostas do PCP e do BE, mostrando assim vontades que mudam consoante o lugar que ocupam: hoje no Governo esquecem as posições que tinham enquanto oposição!

PS escondeu-se...

Desengajem-se, pois, os que acreditaram nas boas intenções por eles então manifestadas! O PS escondeu-se, outra vez, como já tinha feito anteriormente, atrás de uma resolução que nada resolve e que atira para o adiamento insustentável a possibilidade destes profissionais ocuparem o lugar a que têm direito, defraudando a expectativa que alguns ainda aí depositariam!

Estes são os mesmos professores que estão sujeitos ano após ano, a um processo de colocação pontuado por várias dificuldades. Contudo, este ano, esse processo foi ainda mais atribulado, com erros manifestos na colocação dos docentes originados pelas opções disponibilizadas na plataforma informática do Ministério da Educação e Ciência, o que conduziu a injustiças gritantes em todo o processo. O Ministério resguarda-se na maior opacidade porque não sendo públicas as listas, nenhum daqueles docentes pode aceder à ordenação dos seus opositores, impedindo-o de se defender e prevenir as injustiças que eventualmente possam ocorrer.

Assim e, por proposta do BE, foi apresentada uma iniciativa legislativa no sentido de obrigar a que as listas de concursos fossem públicas. Mas, tal como as anteriores, rejeitada pelos partidos PSD, CDS e PS, os mesmos partidos que se resguardam num discurso de rigor para imporem medidas injustas e de empobrecimento de todos e todas os/as portugueses/as! Há maior rigor que tornar público o que deve ser do conhecimento público num concurso, a ordenação dos seus opositores para a regulação das suas colocações, em nome da transparência do mesmo?

Estes partidos não querem saber de vidas adiadas, nem de futuros constantemente desfeitos! Mas nós não desistimos e continuaremos a lutar porque sabemos que temos razão! Só há verdadeiro desenvolvimento se o emprego nos conferir dignidade, nos der direito a ter um projecto de vida! ●



Projecto de Lei 77/XII/1 [PCP]

Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas:

Votação (na reunião plenária nº 51)

A Favor: PCP, BE, PEV

Contra: PSD, PS, CDS-PP

Rejeitado

Projecto de Lei 84/XII/1 [BE]

Cria o regime de vinculação dos professores contratados e estabelece o o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo:

Votação (na reunião plenária nº 51)

A Favor: PCP, BE, PEV

Contra: PSD, PS, CDS-PP

Rejeitado

Envia a tua opinião/reacção para os diferentes grupos parlamentares.

Dá dela conhecimento à FENPROF (fenprof@fenprof.pt), contribuindo para que outras acções possam ser desencadeadas. É importante que te manifestes! Tu podes/deves influenciar, intervir e pressionar quem se opõe à resolução dos problemas! Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata: gp_psd@psd.parlamento.pt; Grupo Parlamentar do Partido Socialista: gp_ps@ps.parlamento.pt; Grupo Parlamentar do Partido Popular: gp_pp@pp.parlamento.pt; Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português: gp_pcp@pcp.parlamento.pt; Grupo Parlamentar do Partido do Bloco de Esquerda: bloco.esquerda@be.parlamento.pt; Grupo Parlamentar do Partido Ecologista "Os Verdes": PEV.correio@pev.parlamento.pt ●

Reorganização da rede de Ensino Superior: Momento político obriga a cuidados redobrados

O No programa do actual governo está inscrito a medida de: “Estudo de possíveis medidas conducentes à reorganização da rede pública de instituições de Ensino Superior, com eventual especialização das instituições em termos de oferta de cursos e de investigação”. Nas Grandes Opções do Plano para 2012-2015, recentemente aprovadas na Assembleia da Republica consta o objectivo estratégico de: “Racionalizar a rede de Instituições de Ensino Superior, com vista a otimizar o uso dos recursos disponíveis e melhorar o ajustamento da oferta formativa às necessidades do país”.

Parece, assim, ser claro o objectivo do governo de intervir na reorganização do sistema da rede de Instituições de Ensino Superior. Já os objectivos e os meios para os atingir estão pouco claros e suscitam muitas inquietações.

Desde logo pelo momento político que estamos a viver, em que todas as reorganizações, todas as reformas estão a ser implementadas com o objectivo de reduzir despesas, bens e serviços públicos. Uma reorganização ditada por exclusivos critérios financeiros terá consequências gravosas para o conjunto das Instituições e, a prazo, para a economia e o desenvolvimento do País.

Não contestando a necessidade de ajustamentos racionais na rede de Instituições do Ensino Superior, somos contrários a uma reorganização mediada pelo “mercado”, sob a pressão do “combate ao deficit” e que não tenha em conta a importância das várias áreas do conhecimento e do papel das instituições no desenvolvimento do todo nacional e das suas diversas regiões.

Uma estratégia tipicamente liberal, de competição livre entre (e intra) Instituições, num ambiente de fortes constrangimentos financeiros, tenderá “naturalmente” a enfraquecer, ou mesmo matar, as mais frágeis. E esta fragilidade pode não significar, e frequentemente não significa, menos qualidade, mas sim decorrer da aposta

em áreas do saber mais afastadas do mercado, ou da inserção em regiões demográfica e/ou economicamente mais deprimidas.

Neste debate é importante lembrar que as Universidades e os Politécnicos são, mas não são só escolas de formação superior, que prestam um serviço aos estudantes que o frequentam. São centros de investigação, de conhecimento, de inovação que servem toda a comunidade e animam as regiões onde se inserem.

A ser efectuada, a reorganização da rede do ensino superior público em Portugal deve ser feita num quadro de participação das instituições e dos seus docentes, no respeito pela sua autonomia e deve ser debatida em toda a Sociedade, designadamente com as comunidades locais e os seus representantes. Além disso, e não é de somenos importância, as reorganizações não podem ser efectuadas para (ou serem utilizadas como pretexto para) baixar custos à custa de despedimentos e do aumento da precarização do trabalho no Ensino Superior. ●

“

A ser efectuada, a reorganização da rede do ensino superior público em Portugal deve ser feita num quadro de participação das instituições e dos seus docentes, no respeito pela sua autonomia e deve ser debatida em toda a Sociedade, designadamente com as comunidades locais e os seus representantes



RUI SALGADO (Coordenador Nacional do Ensino Superior)

Ser professor inteiro

Para muitos professores, o movimento sindical tem uma estreita ligação com o agravamento dos ataques que foram sendo feitos contra a profissão.

Nos últimos 10 anos aposentaram-se milhares de docentes. Uns, levados pelo passar do tempo. Outros, fartos de ver o tempo passar, entre sonhos espeznhados e traições à esperança do seu voto, por terem desistido de acreditar.

Porém, estes professores e estas professoras foram parte significativa e muito importante dos construtores da Profissão tal como hoje a concebemos: com uma carreira específica que reconheça o insubstituível e extraordinário papel social destes profissionais – os docentes.

As gerações de professores que se lhes seguiram, maioritariamente, já não tiveram de lutar pela salubridade da água das escolas, pela existência de aquecimento nas salas de aula, pelo direito aos concursos, por horários de trabalho regulamentados em função da especificidade da profissão, por uma carreira específica que reconheça o desgaste físico e psíquico que o seu exercício continuado provoca, por representantes eleitos nos órgãos

das escolas, pelos direitos de paternidade e maternidade, por um quadro estável...

É, portanto, compreensível que, neste tempo de recuos e retrocessos civilizacionais, em que os partidos do chamado arco do poder transformam sonhos em redução do défice, bem-estar em pagamento da dívida e justiça social em dependência e perda de soberania, haja dúvidas sobre o papel do movimento sindical. Compreensível, mas não aceitável.

“ Num tempo de resistência contra as perdas de direitos e de defesa de alguns dos mais inquestionáveis – o emprego, os horários e os salários –, é necessário recentrar o papel dos Sindicatos, as responsabilidades colectivas dos trabalhadores e prepararmo-nos para novas conquistas

Num tempo de resistência contra as perdas de direitos e de defesa de alguns dos mais inquestionáveis – o emprego, os horários e os salários –, é necessário recentrar o papel dos Sindicatos, as responsabilidades colectivas dos trabalhadores e prepararmo-nos para novas conquistas, noutros planos, diferentes das

de há 20 ou 30 anos, mas tão nobres e tão legítimas como aquelas. É necessário cerrar fileiras pelo direito a ser professor inteiro, num quadro de melhoria geral das condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores. ●



LUÍS LOBO | luis.lobo@sprc.pt

Henrique Monteiro



Projectos de Lei de PCP e BE
para vinculação dos docentes

Pela reposição da justiça e por melhores condições de trabalho

Partido Comunista Português
Projecto de Lei n.º 77.XII-1.^a

Com o seu projecto de Lei, o PCP pretendia garantir a colocação “a concurso, para preenchimento de vagas de quadro que tenham sido preenchidas com recurso a professores contratados dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, os lugares correspondentes ao número de horários completos nos últimos três anos. “

Para esse efeito, o projecto do PCP estabelece a integração dos professores contratados em quadros do Ministério da Educação e Ciência, a criar para o efeito, desde que tenham três ou mais anos de serviço, garantindo que os professores não detentores de habilitação profissional pudessem ter acesso, no prazo de três anos, à profissionalização.

Como forma de garantir um processo estável de vinculação, o PCP, propunha a criação de “quadros de âmbito concelhio ou distrital, com área geográfica máxima correspondente à do distrito, nos termos a definir por decreto-lei.”

Bloco de Esquerda
Projecto de Lei n.º 84. XII-1.^a

Com o seu projecto de Lei, o BE defende a aprovação de um concurso de vinculação através da colocação em vagas determinadas a partir do apuramento das necessidades detectadas, para o mesmo estabelecimento, durante três anos sucessivos, ocupadas por concurso de contratação ou por renovação do contrato durante esse período

Essas mesmas vagas deveriam ser convertidas em lugares de quadro de escola ou agrupamento. Para fazer face a eventuais dificuldades orçamentais, o BE propôs que transitoriamente os docentes tivessem o seu vencimento calculado pelo índice 167, através da colocação no primeiro escalão da carreira docente, durante o ano de 2012, passando para o índice correspondente ao seu tempo de serviço, a partir de 2013. ●



Ensino Português no Estrangeiro O silêncio e as incertezas...

CARLOS PATO (SG do Sindicato dos Professores no Estrangeiro)

Após o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) ter tomado as polémicas medidas de “suprimir” 49 professores a trabalhar no Ensino Português no Estrangeiro (EPE), após ter publicado a rede “reestruturada” para vigorar durante o ano letivo 2011-2012, nada mais foi feito no sentido da resolução dos problemas que afetam este sistema de ensino. Os problemas que existiam continuam a fazer-se sentir, com tendência a agudizaram-se. Apesar dos esforços desenvolvidos pelo Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE), continua por resolver o problema dos professores a lecionar na Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Austrália relacionado com a situação de licença sem vencimento; continua sem ser resolvido o problema da certificação dos cursos de Língua e Cultura Portuguesas, chegando os alunos ao final de um ciclo de doze anos de frequência dos mesmos sem que lhes sejam reconhecidas as competências adquiridas, à luz do Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas.

É de importância fundamental que os Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros, em colaboração com o Instituto Camões (IC), cheguem a entendimento e terminem todo um processo negocial que, embora já iniciado há algum tempo tende a

prolongar-se no mesmo e tudo indica que mais um ano passará sem que os alunos em fim de estudos possam receber os seus diplomas.

A Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas parece continuar “encerrada” para o diálogo sobre assuntos de larga importância, contidos no Decreto-Lei nº165-C/2008 nomeadamente no tocante aos subsídios de instalação e sua regulamentação, atribuição dos passaportes e outras matérias que urge ver esclarecidas, negociadas e regulamentadas.

Uma negociação pressupõe a existência de duas partes mas parece que este pressuposto está “amputado”.

Honrar os compromissos

O SPE, em contactos que vem mantendo com diversas Associações de Portugueses espalhadas pela Europa, está em condições de poder afirmar que o plano do SECP ao procurar “despachar” o EPE para as mãos destas, divorciando o Estado Português das suas obrigações na matéria, está a ruir, não tem pernas para andar. Não será através do “empurrar” as suas próprias responsabilidades para os outros que conseguirá poupar os tais milhões de que tanto falam!

Os compromissos são para se honrarem e as obrigações são para se assumirem. ●



“Cortar é o que está em cima da mesa”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

Esta revisão da rede escolar é apenas uma peça do puzzle que tem como objetivo central a desvalorização do ensino e o ataque à escola pública.

Parte contaminada à nascença, ignorando as realidades e os desafios que se colocam a uma escolaridade de 12 anos. Parte de um memorando assinado com a troika, que definiu que tem que se cortar a torto e a direito, e de um OE que define um corte de 102 milhões através de alterações curriculares. O objetivo é só cortar: cortar no funcionamento da escola pública, cortar nos professores. Cortar é o que está em cima da mesa, referiu o Secretário Geral da FENPROF na conferência de imprensa que o Secretariado Nacional realizou em Lisboa no passado dia 20 de dezembro.

Depois de sublinhar que “há aqui uma visão economicista e uma carga ideológica que visa a alteração do que é hoje a escola pública”, Mário Nogueira declarou que esta revisão curricular não tem em conta a formação integral do indivíduo, de “um cidadão crítico e interveniente”, acusando o MEC de pretender uma escola do “ler, contar e escrever e de só mais alguma coisa (pouca)”. “As expressões também são essenciais, tal como o estudo acompanhado, a formação cívica, as ciências experimentais”, acrescentou.

Nuno Crato, observou Mário Nogueira, “não esconde” esta opção e já por várias vezes enalteceu o sistema norte-americano, em que há uma escola destinada às elites e depois uma outra, “dos mínimos, para o resto da população. Isto não está na Constituição da República Portuguesa”, salientou Mário Nogueira. “Vamos promover até final do mês de fevereiro reuniões nas escolas, em todo o país, para ouvir as opiniões dos professores. Vamos reunir com as associações profissionais e científicas, com as confederações de pais e encarregados de educação e com as associações dos diretores de escolas/agrupamentos”, acrescentou.

Menos 11 580 horários

Tendo como base a realidade nacional dos 794 agrupamentos de escola, dos 7 628 estabelecimentos integrados em agrupamentos, das 283 escolas secundárias não agrupadas e das 213 secundárias que integram agrupamentos, e tendo ainda em consideração o horário letivo médio dos docentes dos ensinos básico e secundário, o número de turmas e o número médio de alunos por turma, esta reestruturação desenhada pelo MEC implica que fiquem no desemprego mais 10 000 professores.

Mário Nogueira apresentou as “parcelas” desta conta, explicando, por exemplo, que a extinção da Formação Cívica e do Estudo Acompanhado provocam menos 3 000 horários, que as alterações em EVT (com EV

e ET) fazem perder outros 3 000 horários e que as alterações na disciplina de Ciências da Natureza apontam para menos 1200 horários.

E mais: a extinção da Formação Cívica e do EA no 3º Ciclo conduzem a um decréscimo de 2070 horários, as alterações do modelo de desdobramento pelo de “alternância” em Ciências Naturais e Físico-Química provocam menos 1610 horários e as eliminações no Secundário sem consideração de trienal a opção anual 1 apontam para menos 700 horários. A soma dá 11 580 horários, correspondendo, assim, a cerca de 10 000 professores afetados.

“As outras peças do puzzle”

A FENPROF também chamou a atenção para “as outras peças do puzzle”, que o MEC de Nuno Crato quer ampliar, nomeadamente no capítulo do encerramento de escolas, da imposição dos mega-agrupamentos e do aumento do número de alunos por turma.

“Isto tem impacto em todos os professores, afetando todo os grupos disciplinares”, registou Mário Nogueira neste encontro com a comunicação social, em que também participaram Anabela Delgado (SPGL), Manuela Mendonça (SPN), João Louceiro (SPRC), Joaquim Páscoa (SPZS), Marília Azevedo (SPM) e António Lucas (SPRA).

“O que é que vamos fazer?”

“Os professores têm que se envolver na discussão desta revisão curricular”, salientou Mário Nogueira. “Vamos promover até final do mês de fevereiro reuniões nas escolas, em todo o país, para ouvir as opiniões dos professores. Vamos reunir com as associações profissionais e científicas, com as confederações de pais e encarregados de educação e com as associações dos diretores de escolas/agrupamentos”, acrescentou.

Será elaborado um pequeno guião com algumas referências a ter em conta pelos professores na discussão, serão editados materiais específicos, incluindo um cartaz, sobre o tema e consultados académicos e outros especialistas.

Vão realizar-se reuniões do Secretariado Nacional e do Conselho Nacional (órgão máximo da Federação entre Congressos, que aprovará a posição da FENPROF sobre a matéria).

“É preciso tempo para realizar este debate a nível nacional. Os professores têm que ser ouvidos”, realçou Mário Nogueira. ●



Sobre o diploma do M.E. ou de como restaurar o sistema anterior à LBSE

ROLANDO SILVA (Membro do CN da FENPROF)

O projecto de diploma elaborado pelo Ministério da Educação do XIX Governo a propósito de uma denominada “reforma curricular”, não é mais do que a aplicação à área da Educação das imposições da “troika” (que, aliás, largamente excede, em termos dos cortes orçamentais exigidos para ela) e que se traduz num paupérrimo diploma em termos de substância e conteúdo que, aliado aos diplomas anunciados sobre a extensão da avaliação sumativa externa (vulgo, exames) e a reformulação das metas de aprendizagens disciplinares (definidas em termos dos conteúdos dos programas e não das aquisições, saberes e competências dos alunos), bem como as medidas anunciadas (e, algumas já executadas) sobre a diminuição do número de centros de novas oportunidades e a possível extinção dos EFAs colocam o Sistema Educativo (SE), agora a caminho de concretizar – no papel – os 12 anos de escolaridade universal, numa situação anterior à da lógica da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, de 1986), isto é, têm um intuito claramente restauracionista quanto ao reforço do papel da Escola como reprodutora das desigualdades sociais.

1. Que “reforma curricular” é esta?

Num contexto temporal, esta “reforma curricular” pretende ser uma rotura com as reformas anteriores (a dos finais dos anos 80, do governo de Cavaco Silva e a dos finais dos anos 90, do governo de António Guterres) mas, ao contrário das anteriores, cuja fundamentação se encontrava claramente delineada, através de equipas organizadas que trabalharam especificamente para o efeito e que tiveram um largo período de debate com as escolas e com a sociedade, caracteriza-se por um notavelmente lacónico solipsismo ministerial quanto à sua fundamentação e por um anseio de celeridade galopante no desejo da sua implementação, que apenas dá para fazer um arremedo de discussão pública (que não deverá exceder o mês de Janeiro de 2012).

As únicas justificações apresentadas são em termos da “melhoria dos resultados escolares”, que o XIX Governo pretende alcançar, bem como de uma “gestão racional dos recursos”, eufemismo que deve ser lido em termos deste diploma pretender dar um grande contributo, sobretudo a partir do início do próximo ano lectivo, para o corte de um milhão e meio de Euros que sofreu o orçamento da Educação para este ano. E já agora, quanto à melhoria dos resultados escolares, será que a diminuição da carga curricular (que aparece com mais evidência no Ensino Secundário) irá cumulativamente melhorar as aprendizagens dos alunos e, simultaneamente, melhorar os seus resultados? Ou será que o problema consiste apenas no facto de cada aluno que “chumba”, consistir num encargo agravado para o orçamento?

A seguir, indicam-se as próximas etapas desta revisão, que consistirão na “definição das metas de aprendizagens disciplinares” e na “reformulação posterior dos programas”. Ou seja, começa-se a casa da “revisão curricular” pelo telhado: primeiro faz-se a “poda” exigida pelo corte orçamental e só depois é que se definem os objectivos e as metas desta revisão curricular, bem como os programas das disciplinas...

A explicação para estas mudanças que este diploma pretende fazer, consiste em “reduzir a dispersão curricular” e reforçar a “aprendizagem das disciplinas essenciais” e é uma das pérolas da ideologia neoliberal: há disciplinas de primeira e de segunda, a Escola não se pode dar ao luxo de desenvolver todas e, portanto, só pretende assegurar a qualidade das que estão mais directamente ligadas ao mercado de trabalho: Matemática, Língua Materna, em primeiro lugar, a seguir as Ciências Experimentais (que, contudo, não escaparam à “poda” curricular e orçamental), depois uma Língua Estrangeira (só o Inglês, pois claro, e só por 5 anos) e, finalmente, as Ciências Sociais, para acabar no desmembramento da Educação Visual e Tecnológica e eliminar quase completamente as Áreas Curriculares não disciplinares.



Depois, vêm os pressupostos, que são a “definição de objectivos claros, rigorosos, mensuráveis e avaliáveis”, permitindo que o ensino se centre nos “conteúdos disciplinares centrais”. Ou seja, regressamos ao neobehaviorismo da definição de objectivos mensuráveis e centramos as aprendizagens exclusivamente na transmissão de conteúdos programáticos, ou seja, a chamada via licealizante universalizada. Claro que isto também pressupõe a continuação dos cursos profissionais (alguns com computadores, outros meramente de papel e lápis, já que são muito poucas as escolas que ainda têm equipamentos actualizados em termos de maquinaria para os cursos profissionais) para os alunos que não conseguem ser formatados para a aprendizagem com sucesso dos cursos com “conteúdos disciplinares centrais”. Aqui, há, logicamente, selecção social e contradição com a preparação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo que se torna os 12 anos de escolaridade obrigatória num ensino a duas velocidades a partir do 3º CEB.

Finalmente, o preâmbulo do documento apresenta os princípios em que se pretende



basear para esta revisão: “redução do controlo central do sistema educativo” e a aposta na “autonomia gradual das escolas” e no “profissionalismo e na liberdade dos professores relativamente aos métodos de ensino”. Não há dúvida que estes princípios são óptimos mas, de facto, é preciso mesmo ser “crente” e fechar os olhos à realidade que nos envolve, para tomar estes princípios como verdadeiros na prática. Como é que se reduz o centralismo e se aumenta a autonomia das escolas, quando existem plataformas informáticas com dados minuciosos, que permitem ao M.E. o controlo total de todas as equipas directivas e de todos os professores, que vão desde os horários dos docentes e discentes até aos orçamentos, projectos pedagógicos e resultados escolares? Como é que se permite a liberdade de ensinar aos professores, se esta é reduzida à única função de preparar os alunos para os exames e poder ter a sua avaliação profissional dependente desses próprios resultados?

2. Quais as medidas previstas e as alterações que vão ser feitas?

2.1. Continuidade no apoio ao estudo

“**Esta “reforma curricular” só tem como finalidade lançar dezenas de milhar de docentes para o desemprego e diminuir os encargos orçamentais na área da Educação, a um nível superior até aquilo que era exigido pelas autoridades supranacionais.**”

no 1º CEB, a par de outras actividades de enriquecimento curricular. Apoios diários ao estudo no 2º CEB (facultativo): As medidas não são nada positivas (acaba formalmente a área não disciplinar de Estudo Acompanhado, o que irá fazer diminuir obrigatoriamente o número de docentes no sistema) e o que está escrito parece ser uma forma de remediação, mas falta definir os meios para a executar. As actividades de enriquecimento curricular vão continuar, ou só no caso das câmaras municipais assumirem esse encargo? Terão verbas para isso? E o apoio ao estudo vai ser feito por quem: pelos docentes, através da marcação desse apoio na sua componente não lectiva de escola, ou por outros docentes? Ou seja, vão ser feitos cortes orçamentais e aumentar a componente de trabalho na escola dos docentes que já estão sobrecarregados?

2.2. Inglês (5 anos obrigatórios): Actualmente há Inglês já no 1º CEB em muitas escolas e 5 ou 7 anos de Inglês, no 2º e 3º CEB e Secundário, para além de outras opções em termos de línguas estrangeiras, o que parece ser um luxo para este M.E. Acabará o Inglês no 1º CEB? Existirá, apenas, no 2º e 3º CEB como única língua estrangeira obrigatória?

2.3. Desmembramento da disciplina de Educação Visual e Tecnológica em Educação Visual e Educação Tecnológica, no 2º CEB, cada uma com um só docente e cada uma com o seu programa específico: É uma medida que parece incongruente, dado que é de carácter prático e a existência do par permitia um maior acompanhamento à actividade dos discentes. Um só docente para 28 ou 30 alunos, como é que pode acompanhar e ensinar a fazer, ao mesmo tempo, cada um dos alunos?

2.4. Passar as TIC para o 2º CEB, integradas na Educação Tecnológica: É o que se chama fazer 2 em 1: ao desfazer o par pedagógico da EVT do 2º CEB, sobra 1 docente para as TIC e já se poupa no 3º CEB...

2.5. Reforço da carga curricular da Língua Portuguesa e da Matemática: É o regresso (modificado) ao ler, escrever e contar da formação de antanho...

2.6. Eliminação do desdobramento das Ciências da Natureza (no 2º CEB) e das Ciências da Natureza e de Físico-Química (no 3º CEB), com ligeiro reforço da carga horária no 3º CEB: Há aqui claramente uma contradição quando se pretende reforçar a carga horária no 3º CEB, ao mesmo tempo que se insiste na eliminação do desdobramento das turmas. É uma medida apenas de índole economicista, pois as condições de trabalho nos laboratórios vão piorar, com o aumento dos alunos para o dobro, em disciplinas essencialmente práticas.

2.7. Aumento da carga horária nas disciplinas de Ciências Sociais no 3º CEB: Aqui não consigo ver aumento significativo nenhum, em relação à História e à Geografia (2 tempos lectivos de 45m no somatório dos 3 anos). E há uma complicação: os docentes de cada

uma das disciplinas terão de leccionar as duas, ou só aquela em que têm formação específica?

2.8. Eliminação da área não disciplinar de Formação Cívica, no 2º e 3º CEB e no 10º ano, que passará a ser transversal: Já estamos a ver que, quanto à transversalidade, está o assunto arrumado (se todo o tempo é pouco para preparar os exames...) e quanto ao dinheiro que se corta no orçamento e quantos docentes irão para o desemprego, resta fazer as contas que o ME diz que ainda não fez...

2.9. Aumento da carga horária das disciplinas bienais de formação específica no Ensino Secundário, mas só na área das ciências experimentais: Física e Química e Biologia e Geologia: É positivo, teoricamente, mas é uma clara discriminação em relação aos cursos de Humanidades, Ciências Sociais e Artes, que ficam clara e inexplicavelmente marginalizados.

2.10. Actualização das disciplinas de formação específica, nomeadamente criando a disciplina de Programação Informática: É de aplaudir, claro.

2.11. Redução do número de disciplinas

de opção anual no Ensino Secundário: É de contestar, a carga horária do Ensino Secundário é a mais leve e há disciplinas de opção que ajudam na média final. A eliminação da Área de Projecto é outra das que podem vir a contribuir para uma diminuição da média final, bem como impedir os alunos de ter acesso a novas experiências e uma mais completa formação do ponto de vista humano e social.

2.12. Estabelecimento de um exame final no 6º ano de escolaridade: É o regresso aos exames em toda a escolaridade e à escola focalizada na preparação dos alunos exclusivamente para os exames. Vai aumentar a selectividade social.

2.13. Estabelecimento de um regime de precedências entre o Ensino Básico e o Ensino Secundário: Então como é? 12 anos de escolaridade universal, ou uma selecção feita às portas do Ensino Secundário? Mas que contradições! E continua a aumentar o carácter selectivo e segregador da escola...

3. Conclusão

Esta "reforma curricular" só tem como finalidade lançar dezenas de milhar de docentes

para o desemprego e diminuir os encargos orçamentais na área da Educação, a um nível superior até aquilo que era exigido pelas autoridades supranacionais. É claro que isto basta para perceber que, do ponto de vista do XIX Governo e do seu ME, esta área social é vista como uma carga despesista e não há a menor sensibilidade para a encarar esta como fundamental para o desenvolvimento livre e independente de um país que queira apostar na formação e na valorização dos seus recursos humanos em primeiro lugar.

Portanto, este ano apenas vai haver dinheiro para acabar as obras no parque escolar e investir na Educação Pré-escolar, se porventura esse investimento vier a ser feito através das Misericórdias. Quanto ao resto, aumentam os exames, aumenta o número de alunos por turma, diminuem os professores no sistema, a carga do insucesso e da selectividade social acrescerá. Isto é, estaremos "alegremente" a caminhar para o passado, no regresso a um sistema cada vez mais selectivo e segregador, que já parecia definitivamente banido do horizonte... ●

NO ALVO



"Catástrofe" iminente Reitor da UTL responsabiliza Finanças

O reitor da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) responsabilizou (5/1/2012) o ministério das Finanças por uma iminente "catástrofe" nacional, criticando-lhe a "ânsia de restringir" a autonomia das universidades. "O imprescindível ajuste das contas públicas não pode implicar a destruição das nossas melhores universidades", disse António Cruz Serra perante o ministro da Educação, Nuno

Crato, num discurso de tomada de posse muito crítico das medidas do ministério de Vítor Gaspar.

Cruz Serra afirmou temer que a "incontrolável ânsia" das Finanças de "restringir toda a autonomia de gestão administrativa e financeira na administração pública se materialize numa catástrofe para a universidade e para o futuro do país". O reitor criticou duramente a Direcção Geral do Orçamento, que "ao arripio da vontade soberana da Assembleia da República" determinou que todas as alterações orçamentais nas universidades têm que ser autorizadas pela tutela e que propõe uma nova Lei dos Compromissos que "espartilha" as receitas próprias das universidades.

A tutela impõe "um número impressionante de actos de gestão corrente" que precisam de autorização das Finanças a que será "humanamente impossível" responder, resultando no "bloqueio de toda a actividade das instituições universitárias", acrescentou. Outra componente da "deriva burocrática inaceitável" é as universidades estarem vinculadas à Agência Nacional de Compras, obrigadas a "comprar mais caro alguns dos serviços" porque a agência tem acordos com fornecedores "adequados para as nossas repartições de finanças mas não para o trabalho científico".

Cruz Serra deixou mesmo uma sugestão a Vítor Gaspar para reduzir o défice: que os saldos das contas das universidades possam

transitar de um ano para o outro para que os dirigentes das universidades não tenham que se preocupar com a sua receita ser "confiscada pelas finanças no dia 31 de Dezembro" e o dinheiro ir para "algum foguetório de fim de ano".

O reitor sugeriu mesmo que os 4,7 milhões de euros de receitas da UTL cativadas pelo Governo, captadas com o esforço da universidade, acabam por ir engrossar os números do "esbanjamento de dinheiros públicos das administrações central, regional e local".

A UTL acaba por deitar fora "4% do orçamento a realizar tarefas que não têm qualquer resultado produtivo" só para responder às "leis, despachos e ameaças" de não terem transferidos fundos no mês seguinte, lamentou.

Ressalvando que as universidades também têm que participar no esforço de consolidação orçamental, António Cruz Serra afirmou que no orçamento de 2013 tem que haver mais "10 a 15%" de dotação para as universidades portuguesas.

"Não contem comigo para calar o brutal desinvestimento de Portugal no Ensino Superior", avisou Cruz Serra, indicando que o financiamento caiu "25%" desde 2006 e ilustrando que em 2012 o Orçamento do Estado prevê 3200 para cada aluno da UTL, "muito menos" do que prevê para as secundárias privadas com contrato de associação".

| Lusa, 5/01/2012 ●

Repensar o 1º Ciclo do Ensino Básico: Instituir as Equipas Educativas

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

O Governo anunciou um conjunto avulso de mexidas curriculares. Como sabemos, não se trata de uma reforma curricular.

Tal empreendimento exigia que existisse uma ideia clara para os objetivos, finalidades e percursos no conjunto do sistema educativo ou, no mínimo, para os doze anos de escolaridade obrigatória. Ora, manifestamente essa ideia não foi explicitada pelo Governo. As mexidas curriculares apresentadas pelo MEC têm um único e assumido objetivo – reduzir custos com os professores e educadores fazendo cumprir o Orçamento de Estado aprovado pelo PSD e pelo CDS com a abstenção do PS. Este é objetivo está assumido pelo Governo desde Agosto de 2011 no chamado “Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015” – aí se pode ler “(...) Quanto ao Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário, em matérias relacionadas com questões curriculares e de qualificação será apresentado um conjunto de medidas com impacto significativo na redução da despesa pública(...)” – nada mais claro. É neste mesmo documento que foram inicialmente decididas um conjunto de outras medidas para reduzir despesas com pessoal docente: i) aumento do número de alunos por turma em todos os ciclos e nos cursos EFA; ii) fim de diversos projetos de promoção do sucesso educativo; iii) cortes de pessoal na iniciativa novas oportunidades; iv) encerramento de escolas e constituição de mais e maiores mega-agrupamentos; v) e também as mexidas curriculares.

Se o objetivo deste processo fosse proceder a uma verdadeira reforma curricular, ou, no mínimo, introduzir alterações curriculares voltadas para melhorar a qualidade da Escola Pública o documento do Governo não ignoraria olímpicamente o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Um tal caminho exigia que a organização curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico fosse repensada e o funcionamento das suas escolas reorganizado. Importava que, finalmente, fosse cumprida a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) que, no seu artigo 8º, determina que “No 1º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um



professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas”.

Desde há vários anos que a FENPROF, com o apoio de milhares de organizações sociais portuguesas, defende que o caminho preconizado pela LBSE deve passar pela constituição de equipas educativas [Manifesto “Por uma Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico” que, em 2001, reuniu o apoio de 2009 organizações. cf. www.escolanova.com/apoio.htm].

A constituição de equipas educativas implica assumir que as áreas que hoje estão integradas nas AEC – educação física, educação musical, expressão plástica, TIC... – são componentes do currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico e que devem ser lecionadas por docentes com formação adequada, acabando com o regime de professor único. Os profissionais para a constituição das equipas educativas existem – são os docentes do 1º CEB e os que hoje trabalham nas AEC.

Este caminho implica igualmente a institucionalização de atividades de ocupação de tempos livres, da responsabilidade de outros profissionais não docentes, a desenvolver após o horário letivo/curricular dos alunos e que possam responder a necessidades das famílias.

Mas, não é este o caminho do Governo. Repensar e reorganizar o 1º Ciclo do Ensino

Básico exige investimento na educação, exige encarar a Escola Pública como uma prioridade nacional – o Governo do PSD e do CDS em representação da troika quer impor exatamente o contrário: cortar na educação, tal como corta na saúde, na segurança social, nos salários e nos direitos dos trabalhadores.

Como sempre fez, a FENPROF apresentará propostas para uma nova escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e com os professores lutará pela sua concretização.

Travaremos este e outros combates com a certeza de que, como cantou Fausto em 1978, “atrás dos tempos vêm tempos e outros tempos hão-de vir!” ●

“**As mexidas curriculares apresentadas pelo MEC têm um único e assumido objetivo – reduzir custos com os professores e educadores fazendo cumprir o Orçamento de Estado aprovado pelo PSD e pelo CDS com a abstenção do PS**”

DEPOIMENTO

Alterações curriculares

Pseudo-organização com fins economicistas



Tudo não passa de uma pseudo-organização curricular com fins meramente economicistas. Parece-nos óbvia a necessidade de se reorganizar o sistema curricular, mas não no

sentido de realizar simples ajustes ou de forma descontextualizada. É necessário que se operem novas alternativas, que viabilizem a integração dos nossos educandos no meio social.

Temos de modificar os programas, a substância, a essência, no fundo os conteúdos, pois cada geração tem de se adaptar às novas circunstâncias. O ensino tem de estar mais voltado para a aplicação do saber e o professor liberto para o ato de ensinar. Uma reorganização curricular que pensa unicamente em aumentar o número de horas das disciplinas estruturantes não resolverá problema algum.

Esta mitigada e descontextualizada reorganização curricular porventura representará e trará mais qualidade ao ensino? Será difícil entender que a questão do insucesso escolar não é um problema exclusivo da língua portuguesa e da matemática? Tem de existir um debate coerente, não só ao nível político, mas onde intervenham de facto todos os agentes de ensino. Não podemos encarar a educação como um movimento simples do exterior para o interior, pois ela é também um movimento do interior para o exterior. ●

Gilberto Rodrigues, Calheta, Madeira

EVT

Professores apostados em manter disciplina



no passado dia 7 de Janeiro, em Aveiro, José António Rodrigues garantiu que os professores “vão continuar a defender a disciplina” e serão “pró-ativos” na discussão pública da reforma.

A proposta de revisão de currículos do ensino básico e secundário lançada pelo Governo supõe o fim da disciplina no 9.º ano, que deixe de ser leccionada por dois professores e a sua divisão em duas disciplinas semestrais.

“Esta mudança não tem sentido porque não foi calculada nem justificada”, afirmou o docente, argumentando que, com as mudanças propostas, “perde-se tudo o que é a essência da disciplina, que existiu durante 20 anos”.

José António Rodrigues indicou que “não há estudo nenhum em que a disciplina não seja uma disciplina de sucesso ou que traga consigo grandes problemas de organização do sistema educativo ou no currículo do segundo ciclo do ensino básico”.

A ameaça do desemprego

Os professores temem que aumente o desemprego uma vez que, a concretizar-se, a mudança implica a redução, em alguns casos a 50 por cento – quando as escolas optem pelo modelo semestral –, das horas actualmente consagradas a Educação Visual e Tecnológica.

Em termos pedagógicos, “não faz sentido nenhum crianças com 9, 10 ou 11 anos estarem a frequentar disciplinas semestrais”, referiu. | *Lusa*, 8/1/2012 ●

Os professores de Educação Visual e Tecnológica recusam que a reforma curricular acabe com a disciplina no 2.º ciclo do Básico, afirmando que é uma medida sem justificação, disse o presidente da sua associação. No rescaldo do encontro anual da Associação Nacional de Professores de Educação Visual e Tecnológica, que decorreu

ATIVIDADE

Dia da Internet Segura 2012



Este ano, o Dia da Internet Segura – *Safer Internet Day* (SID) – assinala-se a 7 de fevereiro, sob o tema “Aproximar Gerações”. Tal como em 2011, o SeguraNet convida todos os agrupamentos e escolas do continente e das regiões autónomas, do ensino público e privado, a juntarem-se às comemorações. Podem fazê-lo no próprio dia ou, caso não seja possível, num ou mais dias dessa mesma semana. Tendo em conta o tema escolhido, o SeguraNet sugere às escolas que desenvolvam atividades que abranjam o maior número possível de participantes de diferentes gerações, em interação. Mais uma vez, o SeguraNet vai disponibilizar um sítio Web específico, de modo a permitir a cada

uma das escolas/agrupamentos registar as suas atividades e, decorridas estas, proceder à respetiva atualização, de modo a aumentar a visibilidade, promover a participação e potenciar os resultados. As escolas e os agrupamentos que integram a rede Rádio e Televisões Escolares na Net (RTEN) são desafiados a assinalar a semana com a passagem de spots alusivos e promotores da segurança. No dia 7, o SeguraNet vai levar a efeito, em local a designar oportunamente, um evento que contará com a presença de alunos e professores. Para mais informações, aceder às páginas do SeguraNet, onde as notícias sobre o tema vão sendo atualizadas, e do SID. ●

Democracia nas escolas: por que faz falta?

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

No próximo dia 25 de Janeiro, o MEC vai reunir com a FENPROF para dar início à revisão do DL 75/2008.

Não se conhece ainda qualquer proposta, mas tudo aponta para o reforço do pendor hierárquico do actual regime, através da concentração no Director de mais poderes, nomeadamente ao nível da gestão do pessoal. Esse caminho limitará ainda mais a autonomia profissional dos docentes, subordinando o seu trabalho a orientações externas visando a obtenção de resultados e metas centralmente definidos, sem olhar ao contexto concreto de cada escola.

Neste quadro, não podemos partir para este processo negocial com uma atitude defensiva. Ao contrário, temos que assumir que este é o momento de avaliar o impacto do actual ordenamento jurídico na vida das escolas, procurando compreender por que razão a implementação deste regime tem levado à deterioração do clima de trabalho em muitos estabelecimentos de ensino, contribuindo para a desmotivação e para o desgaste pessoal e profissional dos docentes e agravando as condições de trabalho na escola pública.

“Filosofia do reitor”? Não, obrigado!

Três anos após a entrada em vigor do DL 75/2008, temos mais razões para dizer que o regresso da “filosofia do reitor” não respeita o património histórico e socio-educativo da escola portuguesa e para exigir a alteração de aspectos essenciais desse regime: i) a imposição a todas as escolas de um órgão de gestão unipessoal, mais potenciador de prepotências e arbitrariedades, sem que exista qualquer evidência empírica que fundamente a mais-valia da unipessoalidade na gestão escolar; ii) a substituição de um processo de eleição directa do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado por um procedimento híbrido de concurso e eleição pelo Conselho Geral, subvertendo o princípio da participação democrática na gestão das escolas; iii) a concentração no Director de poderes de decisão que anteriormente pertenciam, e devem continuar a pertencer, a outros órgãos e actores escolares.



Para além de seleccionar e recrutar o pessoal docente nos termos dos regimes legais aplicáveis, decidir a recondução dos professores contratados, decidir a colocação dentro dos agrupamentos de escola, decidir a quem são atribuídos os horários zero, e outros aspectos importantes da vida e da organização das escolas, o Director nomeia o subdirector, os assessores, os responsáveis dos departamentos curriculares e do conselho de docentes e os coordenadores de estabelecimento. Ao deixarem de ser eleitos pelos docentes, os titulares destes cargos passam de uma lógica de representação dos professores e das estruturas de gestão pedagógica intermédia para uma lógica de subordinação ao Director – último elo da cadeia hierárquica do Ministério da Educação em cada escola que, como diz Licínio Lima, “fala grosso para baixo e fininho para cima”.

Devemos deixar claro que não abdicamos de eleger os nossos representantes porque é a eleição que confere legitimidade e confiança a quem exerce os cargos. E que um Conselho Pedagógico assim constituído deve poder eleger livremente o seu presidente, decidir o número de departamentos curriculares que a escola deve ter, definir os critérios a que deve obedecer a distribuição de serviço, entre outros aspectos, assumindo-se como o órgão de direcção pedagógica que deve ser.

Na Região Autónoma dos Açores as escolas continuam a ter Conselhos Executivos, coordenadores de departamento eleitos pelos seus pares e um Conselho Pedagógico com

competências e funcionamento autónomo, respeitando o princípio do primado do pedagógico e científico sobre o administrativo, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo. Este facto deve constituir para nós um argumento acrescido para recusar que nos sejam impostas soluções tecnocráticas que nada têm a ver com a realidade da nossa escola e da nossa profissão.

Retrocesso e empobrecimento

O retorno a um modelo autoritário de escola não é só um instrumento de funcionarização dos professores. É também um retrocesso no funcionamento democrático da escola e um empobrecimento da educação das novas gerações - uma escola que não é democrática não educa para a democracia.

A democracia nas escolas faz falta porque o modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. Educar em e para a democracia implica promover o exercício de direitos essenciais em democracia, como os direitos de eleição e participação e por isso o projecto educativo de uma escola não pode ser dissociado da sua organização interna e dos seus modos de funcionamento. Como a FENPROF tem recorrentemente afirmado, a democratização do governo da escola deve ser defendida não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica. ●



Mais mega-agrupamentos
e mais abate de escolas

À ponta da baioneta, menos democracia e menos emprego docente

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

O Governo tem vindo a anunciar que em breve estarão constituídos mais mega-agrupamentos e que, em Setembro, estarão encerradas mais escolas.

O desenho de alguns destes emparcelamentos começa já ser abordado em reuniões, com a indicação de que até março serão formalizadas as decisões. Nada que não se soubesse desde agosto de 2011, altura em que foi aprovado o chamado “Documento de Estratégia Orçamental 2011–2015”, onde estas medidas são anunciadas de par com outras, com o único objetivo de reduzir despesas com o pessoal docente.

Trata-se de medidas (já iniciadas com o anterior Governo) que agravarão o elevado nível de desemprego na profissão docente, acrescentarão instabilidade à vida das escolas e degradarão o serviço público de educação.

A recente constituição de quase uma centena de mega-agrupamentos conduziu à eliminação de 5.000 empregos de professores. Este resultado decorre do efeito conjugado de três medidas resultantes da criação destas enormes organizações: i) o crédito global de horas é muito significativamente reduzido; ii) reduz-se do número de docentes afetos às diversas tarefas de direção e gestão iii) concentram-se os alunos por ano escolaridade nos edifícios existentes com o consequente aumento de alunos por turma – reduz-se assim o número de turmas, encurtam-se os apoios educativos e... lá vão mais uns tantos lugares docentes/horários.

Vale a pena registar dois ou três exemplos do efeito conjugado destas medidas associadas à constituição dos mega-agrupamentos, no ano letivo anterior: com a constituição do mega-agrupamento de Castro Daire desapareceram 50 horários; em Trancoso o crédito global de horas passou de 264 horas para 39 horas... em Carregal do Sal foram eliminados 30 empregos de professores. A estes

efeitos é necessário juntar o desemprego resultante do encerramento de escolas do 1º CEB e o aumento de alunos por turma que produziu resultados semelhantes.

Mas a constituição de mega-agrupamentos traz consigo um outro efeito nefasto – menos democracia na vida, na organização e no funcionamento das escolas.

Recordando a intervenção de Licínio Lima numa iniciativa da FENPROF, importa dizer que fica cada vez mais evidente que o Governo e o MEC querem transformar estes mega-agrupamentos em estruturas da administração educativa, últimas estruturas do MEC [espécie de capitânias avançadas do poder central] – para a maioria que desgoverna o país a autonomia, a intervenção criativa das comunidades educativas, a existência de escolas dotadas de órgãos próprios de direção e gestão... são coisas do passado, não são soluções modernas [daquelas que a troika gosta]!

Aliás, as últimas décadas revelam que, de cada vez que os governos se colocam em bicos de pés para falar de autonomia das escolas, reforçam, com o seu aparelho político e administrativo, o carácter centralista das decisões e avançam passos na concretização de modelos burocráticos e autoritários de direção e gestão – foi sempre assim com sucessivos governos do conhecido centrão da política portuguesa.

Para que serve um Conselho Pedagógico ou um Conselho Geral num agrupamento com três ou quatro mil alunos e largas centenas de professores? Para que serve a reunião de um departamento curricular com uma centena de professores? Em qualquer dos casos, servirá para pouco mais do que ouvir e registar, se para tanto houver condições, o que outros já decidiram autocraticamente.

À ponta da baioneta [recordo novamente Licínio Lima] o Governo quer continuar o emparcelamento de escolas e agrupamentos para empurrar para o desemprego milhares de profissionais da educação e criar condições para por fim a qualquer ar democrático que ainda possa existir na direção e gestão das escolas.

As opções políticas do Governo são claras – os professores, os pais, as crianças e os jovens que paguem a roubalheira e a nacionalização dos prejuízos dos BPN's todos; a Escola Pública que corte o que os bancos não pagam em impostos e ganham em juros e comissões de agiotagem; o futuro do país que seja hipotecado à estranha justiça que permite que umas dúzias escapem aos impostos por antecipação de lucros, por ocultação de rendimentos nos offshore, por transferência das sedes para o estrangeiro... ou na economia paralela.

Para a FENPROF está claro e decidido que é preciso interromper este caminho. A ação e a luta dos professores, dos pais e dos estudantes serão determinantes no desfecho deste importante combate. ●



No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Professor a Federação Nacional dos Professores decidiu promover, em parceria com a DELTA Cafés, no ano lectivo de 2011/2012, um concurso que, envolvendo os nossos alunos, revele o olhar que estes têm do(s) seu(s) professor(es)/educador(es) de infância – representação próxima da imagem que é captada sobre a importância social dos docentes pela generalidade dos cidadãos. Todas as pessoas têm uma história e a história de um professor é feita, precisamente, desta relação tão próxima que é estabelecida com os seus alunos e os restantes membros das comunidades escolares.

O que se propõe é, portanto, que através da expressão plástica (desenho, pintura e recorte/colagem) os nossos alunos possam responder às perguntas:

- Qual a imagem que têm da importância social do professor
- O que representa(m) o(s) seu(s) Professor/Educador(es) na(s) sua(s) vida(s)

Regulamento

1. Organização: FENPROF – Federação Nacional dos Professores.
2. Apoio(s): Delta Cafés, Escolas e Jardins de Infância.
3. Destinatários: Crianças dos jardins de infância e alunos das escolas do ensino básico e do ensino secundário.
4. Objectivos: contribuir para a reflexão sobre a importância de ser professor; reconhecer a complexidade do exercício profissional docente; conhecer melhor o(s) docente(s) das escolas onde estudam; desenvolver o espírito crítico; estimular a criatividade; discutir um tema relevante para escola e para a sociedade portuguesa; estimular a construção de uma imagem positiva do(s) professor(es) dos nossos alunos.
5. Cada estabelecimento de ensino poderá apresentar até 5 trabalhos.
6. Os trabalhos devem ser apresentados em suporte de papel com a dimensão mínima de 42 X 30 cm e máxima de 60 X 40 cm.
7. As candidaturas deverão ser apresentadas pelos estabelecimentos de ensino.
8. O trabalho entregue na sede da organização do Concurso deve ser o original, não podendo ser, em caso algum, uma cópia do original.
9. As candidaturas, acompanhadas do(s) respectivo(s) trabalhos, devem ser apresentadas até ao dia 31 de Março de 2012.
10. As candidaturas devem ser enviadas por regiões (áreas sindicais) para as sedes dos respectivos sindicatos da área sindical respectiva (SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA, SPE) ou para a sede da Federação Nacional dos Professores – FENPROF, Rua Fialho de Almeida, 3 – 1.º, 1020-170 LISBOA.
11. Os trabalhos devem ser firmados com pseudónimo e acompanhados de envelope fechado, contendo o nome do estabelecimento de educação ou de ensino, nome do/a autor/a ou autores/as, ano de escolaridade, idades e turma a que pertencem, para além do nome da/o docente responsável por acompanhar a criação artística a concurso. No exterior do envelope deverá constar o pseudónimo.
12. Sempre que for apresentado mais de um trabalho por escola ou agrupamento, os mesmos devem ser submetidos em separado, com pseudónimos diferentes.
13. O Júri será designado pelo Secretariado Nacional da FENPROF e pela Delta Cafés e será composto por: um membro do Secretariado Nacional da FENPROF, um(a) docente das áreas de expressão e comunicação visual, um artista plástico e uma pessoa indicada pela Delta Cafés.
14. O Júri poderá não atribuir qualquer prémio, por entender não haver qualidade suficiente que o justifique.
15. O Júri pode atribuir menções honrosas.
16. Das decisões do Júri não há recurso.
17. As situações omissas neste Regulamento serão decididas pelo Júri.
18. Serão atribuídos os seguintes prémios:
 - a) Melhor trabalho a concurso:
 - Educação Pré-Escolar – €100,00
 - 1.º Ciclo do Ensino Básico – €100,00
 - 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico – €100,00
 - Ensino Secundário – €100,00
 - Educação Especial – €100,00
 - b) Edição de 10 Pacotes de Açúcar reproduzindo os 10 melhores trabalhos a concurso.
 - c) Realização de uma exposição itinerante com uma selecção dos 50 melhores exemplares da totalidade dos trabalhos a concurso, para cuja inauguração, em 5 de Outubro de 2012, serão convidados especiais os artistas premiados.
19. A indicação pública dos vencedores será feita no dia 30 de Junho de 2012.
20. A FENPROF não se obriga a devolver os trabalhos premiados a concurso.
21. Serão excluídos os trabalhos que não respeitem as condições previstas neste Regulamento.

Ficha de Inscrição disponível em:
www.fenprof.pt



Educação na Região Autónoma da Madeira

Rol de intenções requeentado

NÉLIO DE SOUSA (Direcção do SPM)

Novo Governo na Região Autónoma da Madeira, novo secretário regional da Educação mas a mesma receita para o sector educativo através de um rol de intenções requeentado.

Tudo aponta no sentido de uma política de continuidade, que já provou as suas limitações e ineficiências. É o que o SPM conclui após diversas intervenções públicas, apresentação do programa de Governo Regional para o sector educativo e a primeira reunião formal de Jaime Freitas com o sindicato em 22 de Dezembro. Refira-se que este novo responsável pela pasta foi até há poucas semanas atrás o líder de um sindicato de professores, que integra a FNE.

A receita da governação PSD das últimas três décadas não resolveu problemas elementares e já provou não ter sido capaz de garantir um nível de instrução mínimo a uma boa parte da população madeirense.

Como os resultados provisórios dos Censos de 2011 vieram revelar, aumentou na última década o número de madeirenses sem instrução. Há eternos excluídos da instrução e da qualificação a que urge chegar. Esses excluídos são prova de falhanços na política educativa da Região.

Não há alteração de rumo, não há ideias de força, desígnios estratégicos ou medidas concretas indiciadoras de mudança, ambição e audácia. Isto numa conjuntura de particular austeridade financeira no arquipélago.

Será esta Secretaria Regional capaz de fazer o que é preciso fazer no sector educativo? São muitas a incertezas e poucas as expectativas entre os docentes.

Além da já consumada extinção da Direcção Regional de Educação Especial e



SPM tem tomado posição sobre opções e ausência de medidas da nova Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos

Reabilitação, cuja qualidade e quantidade de serviços pode estar posta em causa, há alguns sinais que preocupam o SPM.

Desde logo, que a Educação seja deixada para trás nas prioridades de investimento (mantém-se, por exemplo, o apoio ao desporto profissional, em especial o futebol – «madeirenses têm direito a assistir a espectáculos desportivos do mais alto nível» e a Madeira «não perde em apoiar o futebol profissional», justificou o secretário da Educação); que a intenção de reestruturar a rede escolar possa indiciar a opção pelos agrupamentos de escolas; ou que a invocada «liberdade de escolha» por parte dos pais e a defesa do serviço público de Educação prestado por entidades privadas iniciem mais privatização no ensino, uma opção ideologicamente vencedora.

Promessa do Secretário Regional da Educação

Sobre a revisão da estrutura curricular pouco foi adiantado, a não ser da intenção de integrar uma componente regional do currículo e de salvaguardar a comunicabilidade com o sistema nacional.

Para já, de positivo, ficou a promessa de Jaime Freitas no desbloqueio da situação dos professores em condições de aceder ao 6º escalão da carreira, na revisão do Estatuto da Carreira Docente regional, que está previsto iniciar-se em Janeiro de 2012.

No seu estatuto de parceiro social, em defesa dos interesses da classe, das suas condições de trabalho e da qualidade da Educação e da Escola Pública, o Sindicato dos Professores da Madeira negociará o que tiver de negociar, denunciará o que tiver de denunciar, contestará o que tiver de contestar, com a firmeza, independência e responsabilidade que sempre nortearam a acção do SPM, desde a sua fundação em 1978, e lhe conferiram a credibilidade que lhe é reconhecida. ●



XII CONGRESSO DA CGTP-IN

Um congresso de esperança com olhar para o futuro

MÁRIO NOGUEIRA (Comissão Executiva da CGTP-IN)



O 12º Congresso da organização mais representativa dos trabalhadores portugueses (27 e 28 de Janeiro) realiza-se num momento particularmente difícil e complicado para os trabalhadores, para o país e para o futuro.

Vítimas de uma agressão imposta de fora, mas que se expressa cá dentro através de políticas que oprimem e reprimem os portugueses, os trabalhadores esperam/exigem que deste congresso resulte uma CGTP ainda mais forte e coesa, com propostas e alternativa, com capacidade de agir e lutar por um país efetivamente justo, solidário e com futuro.

Será um Congresso que, avaliando o passado próximo do país, terá de conseguir desenhar uma proposta global e integral para o tempo futuro, na área laboral, mas igual-

mente em áreas determinantes para o bem estar e o progresso, como sejam a Saúde, a Educação, a Segurança Social, entre outras. Um congresso que também não poderá ignorar causas importantes que são parte de avanços civilizacionais. Que terá de refletir a intervenção sindical no plano internacional, numa conjuntura em que, é para todos sabido, os problemas não têm uma natureza e dimensão estritamente nacionais, pelo que não se esgotam nas fronteiras de cada país.

Mas este Congresso terá de ser, também, um espaço de afirmação dos Sindicatos e da sua importância para a Democracia. É facto que os Sindicatos têm assumido, neste tempo de avanço selvagem do neoliberalismo, um papel de grande importância na denúncia, no combate e na mobilização para as lutas. Esse papel transforma-os em inimigos do poder neoliberal que, por essa razão, os atacarão sem regras nem princípios procurando, se conseguirem, destruir a organização sindical, liquidando, assim, a capacidade de resistência e luta organizada dos trabalhadores. Valerá tudo para concretizar esse ataque, desde a intromissão na forma de organização dos Sindicatos a ingerências em níveis diversos

do seu funcionamento. A desvalorização da negociação, as restrições ao exercício da atividade sindical por parte dos trabalhadores, a limitação dos créditos sindicais e mesmo o desenvolvimento de campanhas orientadas para denegrir socialmente a imagem e bom nome de dirigentes (dos que incomodam, claro. Basta ver como são poupados os das organizações sempre disponíveis a branquear as políticas) fazem parte dessa estratégia que não é nova. Foi assim, por exemplo, na Inglaterra quando Margaret Thatcher e o seu governo decidiram liquidar o movimento sindical mas também em Portugal durante o longo período fascista e que os sindicalistas foram perseguidos e presos.

Sem Sindicatos fortes e com capacidade de resistir, construir e lutar, o capital ficará de mãos ainda mais livres. Sem uma CGTP que assuma um sindicalismo de classe e de massas, dificilmente os trabalhadores portugueses conseguirão responder adequadamente ao violento ataque de que estão a ser vítimas. Será preciso, pois, reafirmar um sindicalismo empenhado no combate às injustiças e ao sistema dominante e determinado na concretização do objetivo de transformação social, afinal, uma CGTP que prossiga e reforce a sua matriz fundadora e mantenha o carácter unitário que a caracteriza.

“A ocupação estrangeira”

Na atual conjuntura, também, não será estranho que o Congresso se preocupe e defina uma estratégia de ação com vista a defender um Portugal soberano e livre das garras de gananciosos que já se revelaram capazes de reduzir este país a pó, através de políticas que, atrás de si, só deixam terra queimada. A ocupação estrangeira – económica, social e política – é, cada vez mais uma evidência e compete ao movimento sindical, e à CGTP em particular, combater a invasão e defender a soberania nacional.

Este será um Congresso de rejuvenescimento e renovação. Muitos serão os quadros sindicais que cessarão a sua atividade, logo, outros serão os que os substituirão nos órgãos da central. Os desafios que se colocam à nova direção da CGTP serão imensos e fortíssimos, sendo necessário que essa renovação e esse rejuvenescimento se traduzam em mais força e maior capacidade de organização e de luta.

Sobre as propostas que darão corpo ao projeto, diversas serão, decerto, as perspetivas em debate, mas isso é normal e natural em organizações tão grandes, representativas e democráticas como a CGTP. Porém, feito o debate e aprovada a decisão, a uma só voz – que não apaga as diferenças, antes as potencializa para que se transforme em unidade e determinação – a CGTP não defraudará os trabalhadores, pelo contrário, afirmar-se-á como fundamental nesta luta titânica contra um capital sem escrúpulos nem princípios, nesta fase de metamorfose, em que se revela sob a forma de um neoliberalismo cego e hediondo. ●

Alteração do regime jurídico

Protecção no desemprego? Uma farsa!

APRECIÇÃO da CGTP-IN

O Governo apresentou recentemente um projecto de decreto-lei que altera o regime jurídico da protecção social no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem.

Na generalidade, o projecto reduz o nível de protecção dos trabalhadores desempregados, quer através da redução dos períodos de concessão das prestações, quer através da diminuição dos respectivos montantes. No entender da CGTP-IN, como aliás temos vindo a salientar desde que a intenção de proceder a estas alterações foi anunciada, as medidas plasmadas neste Projecto vão no sentido de aumentar a precariedade no trabalho e de pressionar a redução generalizada dos salários.

Tanto a redução dos períodos de concessão, como a descida dos valores das prestações tem claramente como objectivo obrigar os trabalhadores desempregados a aceitar qualquer oferta de trabalho, independentemente das condições oferecidas designadamente em termos de tipo de contrato e de nível de remuneração, de modo a contornar o próprio regime da protecção no desemprego que só impõe a aceitação de ofertas de emprego que cumpram os requisitos mínimos legais e convencionais nomeadamente em termos salariais.

Ao contrário do que o Governo tem defendido, não vemos aqui nenhuma medida susceptível de contribuir para a redução do desemprego, em particular o de longa duração, dinamizar o mercado de trabalho ou garantir uma melhor e mais adequada protecção dos muitos trabalhadores em situação de desemprego - excepto a majoração do subsídio de desemprego para agregados familiares em que ambos os cônjuges, ou o único adulto responsável, estejam desempregados, que corresponde a uma reivindicação da CGTP-IN.

Pelo contrário, o novo regime de protecção no desemprego vai deixar os muitos desempregados deste país - cujo número não tem parado de crescer - numa situação económica e social ainda mais vulnerável.

A redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego pode ser vista como positiva e aliás já tinha sido reivindicada



Os trabalhadores mais jovens (com menos de 30 anos) são especialmente afectados, sendo que para eles a duração do subsídio de desemprego nunca atinge os 12 meses

pela CGTP-IN, na medida em que presumivelmente permitirá a mais trabalhadores o acesso à protecção no desemprego.

Porém, em nosso entender, o Projecto deveria proceder também à redução do prazo de garantia para acesso ao subsídio social de desemprego, tal como a CGTP-IN tem vindo a propor, na medida em que, tendo em conta a elevada precariedade que caracteriza o nosso mercado de trabalho, muitos trabalhadores, em especial os mais jovens, não conseguem aceder a qualquer tipo de protecção no desemprego porque dificilmente conseguem perfazer os 180 dias de trabalho em 12 meses actualmente exigidos para o direito ao subsídio social de desemprego; assim, durante o período da presente crise, este prazo deveria ser reduzido para 90 dias.

Por outro lado, não compreendemos a razão pela qual a única medida que pode considerar-se favorável aos trabalhadores tem a sua entrada em vigor adiada para Julho de 2012, ao passo que as medidas de redução da protecção entram imediatamente em vigor.

De acordo com o Projecto apresentado, passados 6 meses sobre o início da sua atribuição, o montante do subsídio de desemprego é reduzido em 10%.

Trata-se de uma medida extremamente gravosa para os trabalhadores, uma vez que,

ao contrário do que se tem pretendido fazer crer afirmando-se que a nossa protecção no desemprego é muito generosa, o valor das prestações de desemprego é regra geral bastante baixo - o valor médio do subsídio de desemprego é actualmente de €530.

O trabalhador em situação de desemprego sofre sempre uma significativa perda de rendimento - recorde-se que o valor da prestação de desemprego é sempre 65% da remuneração de referência - e tem por isso grande dificuldade em satisfazer os seus compromissos e prover à sua subsistência condigna e da sua família. Reduzir ainda mais o montante da prestação é tornar a situação ainda mais difícil.

O objectivo desta medida é claramente pressionar o trabalhador a aceitar qualquer emprego, independentemente das condições oferecidas, e por esta via forçar a descida generalizada de salários. Integra-se na política de redução de custos laborais, à custa do empobrecimento dos trabalhadores.

A redução do limite máximo do subsídio de desemprego

A redução do limite máximo do subsídio de desemprego é outra medida que vai no mesmo sentido da anterior e que consideramos inadmissível, visto que o subsídio de

desemprego é uma prestação contributiva e como tal deve ter uma relação sinalagmática com as contribuições pagas.

O limite máximo actualmente fixado já é suficientemente penalizador dos trabalhadores que, no decurso das suas carreiras contributivas, prestaram elevadas contribuições para a segurança social e não é justo penalizá-los ainda mais. Por outro lado, não podemos deixar de sublinhar a hipocrisia da referência, no preâmbulo do Projecto, ao facto de se manter o valor mínimo do subsídio de desemprego “de forma a salvaguardar os beneficiários com menores salários”, tendo em conta que o montante mínimo deste subsídio foi substancialmente reduzido quando passou a estar referenciado ao valor do IAS, em lugar do salário mínimo como deveria ser.

Os períodos de concessão das prestações de desemprego sofrem reduções brutais em todos os escalões etários, sendo o período máximo de atribuição de 18 meses (embora com possibilidade de acréscimo de alguns meses em função da carreira contributiva).

Esta redução é particularmente preocupante neste momento de crescimento exponencial do desemprego e face às grandes dificuldades na reentrada no mercado de trabalho.

Grave é a situação, por exemplo, dos trabalhadores mais velhos, de idade superior a 50 anos, com um subsídio de desemprego cuja duração normal não ultrapassa os 18 meses. A realidade é que, se as oportunidades de emprego são escassas para todos, para estes trabalhadores pura e simplesmente não existem e, assim, é previsível que se vejam rapidamente privados de quaisquer rendimentos e em situação de grande vulnerabilidade social e económica. A CGTP-IN considera inaceitável e revelador de grande insensibilidade social que esta realidade tenha sido ignorada pelo Governo na elaboração deste projecto.

Em conclusão

A CGTP-IN rejeita este projecto porque a redução do nível de protecção no desemprego que lhe está subjacente conduz apenas a empobrecimento dos trabalhadores, à desvalorização do trabalho e à erosão da coesão social e não resolve os problemas do emprego nem contribui para a redução do desemprego, objectivo que só será alcançado através da promoção do crescimento económico, que assegure a criação de empregos de qualidade.

Entretanto, é fundamental garantir aos trabalhadores uma rede de protecção que lhes permita, bem como às suas famílias, subsistir condignamente, como sublinha a tomada de posição da Central, divulgada a 6 de Janeiro. A CGTP-IN reitera as medidas de reforço da protecção social no desemprego que tem vindo a reivindicar e que considera fundamentais, nomeadamente a reposição de condições mais favoráveis de acesso ao subsídio de desemprego e o prolongamento do subsídio social de desemprego para quem deixa de ter protecção. ●

APOSENTAÇÃO

Empobrecimento galopante

Passado um ano do congelamento de todas as pensões, a partir do dia 1 de Janeiro deste ano, algumas das pensões mínimas foram aumentadas em 3,1%, quando a perda do poder de compra, neste período, foi superior a 5%.

	2010	2012	Aumento/mês
1.º Escalão RGSS	246,36€	254,00€	+7,64€
Pensão Social	189,52€	195,40€	+5,88€
Pensão Regime Especial Agrícolas	227,43€	234,48€	+7,05€

Tendo presente o aumento do custo de vida, com a subida da electricidade, gás, água, transportes, rendas de casa, saúde e bens alimentares e essenciais, este aumento é totalmente absorvido e os reformados vão ter uma pesada quebra de poder de compra.

Ainda quanto às pensões mínimas do Regime Geral da Segurança Social, o Governo, inexplicavelmente, não aumentou o valor mínimo dos beneficiários com períodos contributivos compreendidos entre os 15 anos e mais de 30 anos.

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2012, no artigo 71.º refere que são excluídas do congelamento das pensões, entre outras, as pensões mínimas de invalidez e velhice do Regime Geral. O Governo ignorou o que aprovou, aumentando só os beneficiários com menos de 15 anos de contribuições.

A CGTP-IN não aceita esta discriminação e vai dirigir-se ao Provedor de Justiça, Assembleia da República e ao Presidente da República, exigindo a aplicação da Lei do Orçamento do Estado.

Quanto a todas as outras pensões, prevê-se que até 2014 continuem congeladas, o que é de todo imoral, porque estamos a falar dos beneficiários que contribuiram uma vida inteira, grande parte com longas carreira contributivas e que foram amplamente solidários dentro do sistema de Segurança Social. O Estado tem compromissos éticos e legais com estes beneficiários e deve cumpri-los. Estes beneficiários estão a ser brutalmente penalizados, para além de lhes aumentarem também os impostos, cortaram-lhes parte do subsídio de Natal e ameaçam cortar-lhes os próximos subsídios de férias e Natal.

O Governo, por outro lado, não aumenta, pelo terceiro ano consecutivo, o valor do Indexante de Apoios Sociais, que tem reflexos nas prestações e apoios sociais diversos, congelando o valor destas, com efeitos tremendos para as famílias mais



Foto: a bola.pt

vulneráveis. Como se sabe, se não se aumentarem as transferências sociais, as consequências são de maior empobrecimento para as famílias.

A ofensiva contra os reformados e pensionistas não pára por aqui, para quem se reformar a partir do dia 1 de Janeiro deste ano, vai receber menos pensão do que os que se reformaram nos anos anteriores.

O valor acumulado do factor de sustentabilidade deste ano é já de 3,92%.

O Governo PSD-CDS, com esta atitude, desvaloriza totalmente os trabalhadores que mais contribuiram para o sistema de segurança social e, como a CGTP-IN disse na altura da sua imposição, este factor era para reduzir as pensões.

A CGTP-IN apela a todos os reformados e pensionistas que demonstrem, por todas as formas, a sua indignação por estarem, em conjunto com os trabalhadores, a ser duramente penalizados pela política de austeridade.

Há que intervir e lutar contra o agravamento das condições de vida, o congelamento das pensões, e participar activamente nas lutas contra as políticas de inevitabilidade e empobrecimento.

Por um Portugal desenvolvido e soberano! ●

Depoimento sobre a situação na Argentina Como superámos a crise



EDUARDO PEREYRA

(Secretário de Relações Internacionais da Confederação dos Trabalhadores de Educação da Argentina)

Nos dias 19 e 20 de Dezembro de 2001, estalou na Argentina uma crise económica e social, consequência de mais de uma década de políticas neoliberais sustentadas no conceito de Estado mínimo e na descentralização e desregulação como forma de promover o livre mercado.

Nesse período abandonou-se uma política monetária própria e indexou-se o peso ao dólar (convertibilidade da moeda, um peso igual a um dólar); desindustrializou-se o país, porque era mais barato comprar fora do que fabricar no país; privatizaram-se a preço mínimo as empresas de serviços públicos, com o pretexto de pagar a avultada, e em grande parte ilegítima, dívida externa; geraram-se os mais altos níveis de desemprego – 25%, e subemprego – 19%; mais de metade da população passou a viver abaixo do limiar da pobreza – 56%, e multiplicou-se a indigência.

Sucederam-se cortes e mais ajustamentos nos salários e nas pensões, o aumento da idade da reforma e a privatização parcial dos serviços sociais, entre outras medidas, enquanto o país empobrecia, pagando aos organismos internacionais novos créditos para financiar o premente défice fiscal provocado pelo mesmo modelo.

Com a chegada de Nestor Kirchner à presidência em 2003, começou uma nova etapa, em que se decide pensar a saída da crise pondo a política a governar a economia, e não o contrário.

Concebendo o Estado como garante e ampliador de direitos, alterou-se substancialmente o padrão de acumulação e de crescimento económico adoptado até então, nomeadamente através das seguintes medidas:

- Aposta forte no sector produtivo sobre o financeiro, substituindo uma política de importações, por efeito da desvalorização da moeda, pela revitalização da indústria local;
- Crescimento do emprego (mais de 4 milhões de novos empregos); restabelecimento da negociação colectiva, permitido incrementar ano após ano o salário real
- Atribuição de subsídios, quer em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento, quer em programas sociais destinados aos sectores mais vulneráveis da sociedade;
- Aumento do consumo das maiorias populares, o que reforça a procura e obriga a aumentar a oferta de bens e serviços, percorrendo-se assim um caminho sustentado de crescimento e desenvolvimento.

Posição de firmeza, em defesa do interesse nacional

Renegociou-se a dívida externa a partir de uma posição de firmeza autónoma e soberana, conseguindo uma redução de perto de 70% e, em seguida, liquidando a dívida na sua totalidade com reservas acumuladas no Banco Central, com o que se deu por terminado o processo de desvinculação do país do FMI e da sua monitorização das finanças públicas.

Promoveu-se e fortaleceu-se a unidade regional com os países da América Latina no âmbito do MERCOSUL, UNASUL e mais recentemente, no passado mês de Dezembro, o CELAC (Comunidade de Estados da América Latina e Caribe) que é a maior área de integração continental, criada, historicamente pela primeira vez, sem os Estados Unidos e o Canadá.

Três leis fundamentais na educação

No que diz respeito à Educação, aprovaram-se três leis fundamentais que foram reivindicações históricas da CTERA: a Lei de financiamento educativo que levou ao investimento na educação de 6% do PIB (actualmente está em 6,4%), a Lei de Educação Técnica e a nova Lei Nacional de Educação, que revogou a Lei Federal de Educação privatizadora do

neoliberalismo, devolvendo ao Estado o seu papel de garante do direito social à educação.

Com essa lei, a escolaridade obrigatória foi alargada para 13 anos (1 ano de educação pré-escolar, 6 de primária, 6 de secundária).

Foram criadas mais de 1000 escolas desde 2003 até à data, número ainda insuficiente para as necessidades, e *netbooks* são entregues gratuitamente a todos os estudantes das escolas secundárias aumentando assim a inclusão educativa.

A negociação nas paritárias permitiu a conquista do salário mínimo e melhorias significativas nas condições de trabalho dos professores de todo o país.

É claro que persistem muitos problemas e que temos ainda grandes desafios pela frente, mas os avanços são inquestionáveis.

Em suma, graças à luta de todo um povo e das suas organizações sociais e sindicais durante a etapa negra do neoliberalismo, mesmo quando a luta parecia não ter destino certo, nunca se baixaram os braços e assim se fortaleceu a esperança e a confiança.

Graças a essa resistência, hoje temos governos soberanos que baseados nessa luta, interpretam os sonhos populares de uma vida melhor.

Muitos são os problemas que a actual crise mundial levanta. Mas, assim como em 2009 com políticas activas desenvolvidas pelo Estado se pôde impulsionar o mercado



Cartaz sobre as privatizações nos anos 90 (Museu da memória, Buenos Aires)

interno, agora pode ser contornada esta nova crise do capitalismo na sua fase de valorização financeira.

Apenas respondendo aos interesses do povo e não aos negócios dos especuladores, é que teremos países mais justos, mais igualitários e mais democráticos.

Da CTERA vai a nossa total solidariedade para com as lutas que estão a ser desenvolvidas pelos trabalhadores e suas organizações em geral e pela FENPROF em particular, resistindo à austeridade e à iniquidade.

Que não lhes mintam, não há uma única saída, existem alternativas diferentes das que lhes propõem. Não deixem de lutar, porque como dizem as nossas Madres de Plaza de Mayo **“a única luta que se perde é a que se abandona.”** ●

Mensagens de organizações de vários pontos do Mundo

Continuam a chegar à FENPROF várias mensagens de solidariedade para com a luta dos professores e educadores portugueses em defesa da sua dignidade profissional e da escola pública de qualidade e para todos, em que organizações de vários pontos do Mundo manifestam as suas posições (e preocupações) junto dos principais responsáveis políticos, numa afirmação de grande solidariedade com os docentes portugueses.

Na página eletrónica da FENPROF podem ser consultadas essas mensagens, envidas pelas seguintes estruturas:

- Federación de Enseñanza de Comisiones Obreras (FE.CCOO) – Espanha
- FETE-UGT— Espanha
- Secretariado Confederal de STes-I-Sindicato de trabajadoras y trabajadores de la Enseñanza- y de la Confederación Intersindical del Estado Español
- ETUCE – Comité Sindical Europeu de Educação
- CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/Brasil
- SNES-FSU – França
- OLME – Greek Federation of Secondary Education State School Teachers
- CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino/Brasil
- Federation of University Teachers – República da Irlanda
- FNEC FP FO – França
- ELA Euskal Sindikatua – País Basco
- CIG-ENSINO – Galiza
- SNESUP – França
- GEW – Alemanha
- CEA – Confederación de Educadores Americanos
- FSTECDCS – Angola

Educação pública de qualidade no cenário mundial

FENPROF em fórum internacional na Argentina

MANUELA MENDONÇA (Membro do SN da FENPROF)

No dia 24 de Novembro, realizou-se na cidade de Buenos Aires o “Fórum Internacional sobre Educação Pública de qualidade no cenário mundial”, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação da Província de Buenos Aires (SUTEBA), o maior sindicato da Confederação dos Trabalhadores de Educação da Argentina (CTERA). Este Fórum, integrado nas comemorações dos 25 anos do SUTEBA, contou com a participação de mais de 1000 docentes argentinos e foi organizado em torno de três painéis, dinamizados por mais de uma dezena de convidados internacionais de organizações sindicais de professores, entre as quais a FENPROF.

Três ideias fundamentais

O primeiro painel foi constituído pelos secretários-gerais das três organizações anfitriãs – SUTEBA, CTERA e CTA (Confederação dos Trabalhadores da Argentina) – e pela presidente da Internacional da Educação, organização que representa 30 milhões de trabalhadores da educação em todo o mundo, em mais de 70 países. Não sendo possível, no espaço deste texto, dar conta da diversidade e riqueza destas e de outras intervenções (mais informação em www.suteba.org.ar), destacam-se apenas três ideias:

1. O melhor investimento antipobreza no mundo é a educação, porque ela continua a ser a chave para combater a desigualdade e promover a paz, a consciência social e a dignidade humana. A educação tem que ser pensada como um direito social fundamental e como um instrumento de emancipação das pessoas, dos países e das regiões. Por isso é tão necessário pôr no centro das políticas educativas a valorização da escola pública, enquanto garante da democratização da educação. O ataque à educação pública é um ataque à democracia.

2. A receita neoliberal de resposta à crise que está a

ser aplicada na Europa – redução de salários, pensões e prestações sociais; retirada de direitos; privatizações; enfraquecimento do Estado Social... – é bem conhecida na América Latina, em particular na Argentina, onde foi implementada na década de 90, provocando desemprego, fome, exclusão social e educativa (como lembra Eduardo Pereyra, no seu depoimento sobre a crise Argentina).

3. Há um enorme contraste entre o ambiente recessivo que se vive hoje no “velho continente” (testemunhado pelos representantes da Grécia, Espanha e Portugal) e a energia positiva que se sente em alguns países da América Latina, onde se vive uma nova etapa histórica. Poucos dias depois da realização deste Fórum, representantes dos sindicatos de professores de todos os países da região estiveram reunidos na Colômbia para constituir o movimento pedagógico latino-americano. Contrastando com o contexto regressivo que se vive na Europa (retracção de direitos mas também de participação cidadã e política), a consigna que os jovens argentinos repetem hoje pelas ruas é “nunca menos!”. Que o seu exemplo nos sirva de estímulo para recusar inevitabilidades e fatalismos, denunciar que o caminho que estamos a percorrer é errado e afirmar que em democracia há sempre alternativas. ●

Os desafios da educação marcaram o debate em Buenos Aires

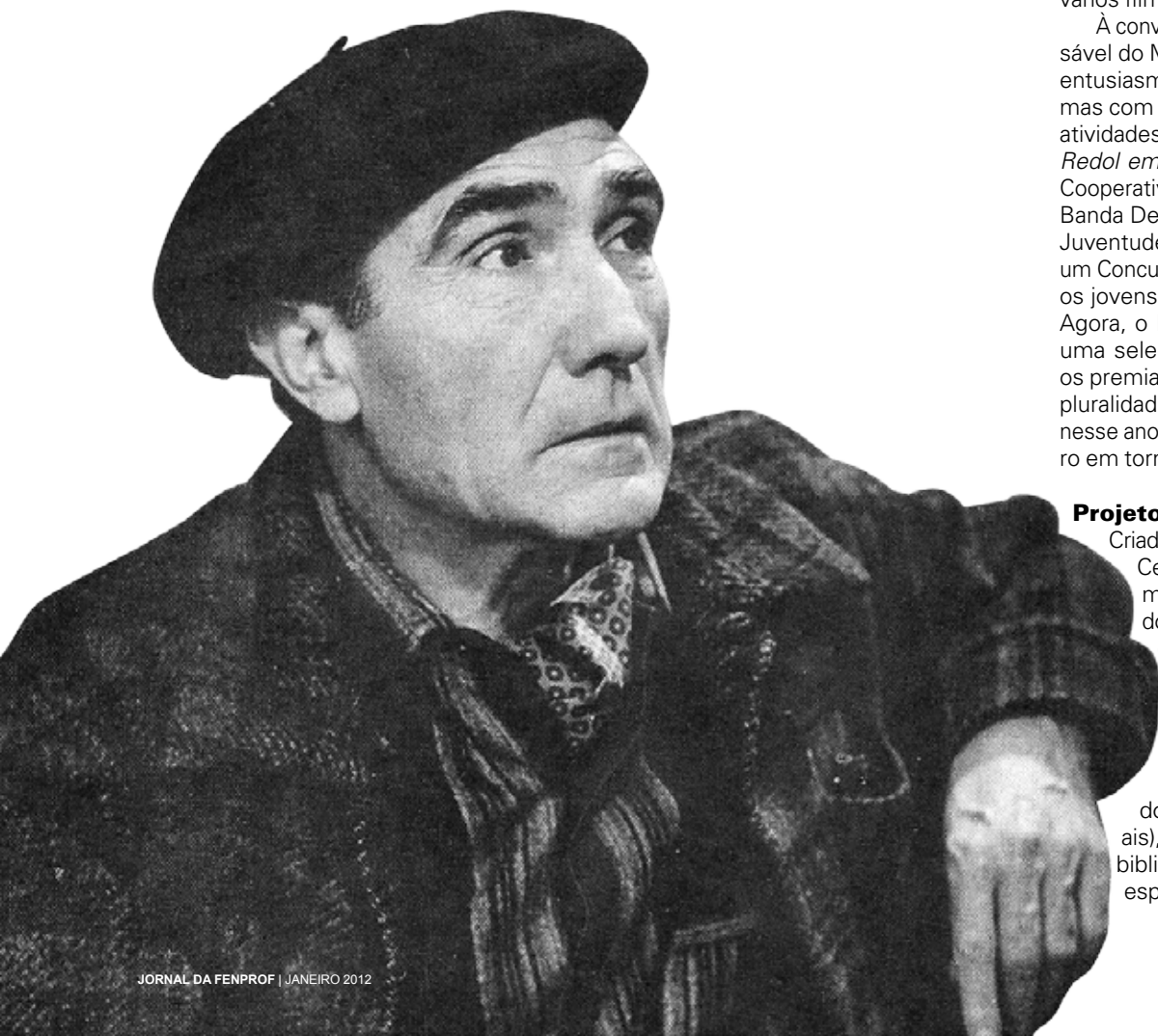


Alves Redol

Levar às novas gerações
a mensagem humanista
do escritor da lezíria

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

“Horizonte revelado” é o tema-base de uma das várias exposições (qual delas a mais interessante?...) com que o Museu do Neo Realismo assinala o centenário de Alves Redol (1911-2011). A reportagem do JF deu um salto a Vila Franca de Xira, percorreu todas as salas do prestigiado museu municipal e falou com o seu jovem diretor, o Dr. David Santos. O jornalista olha agora para um enorme bloco de apontamentos sobre a dinâmica deste museu, a vida e a obra do “escritor da lezíria” e os projetos da casa para 2012, ano em que se comemora outro centenário de peso: o do irmão brasileiro Jorge Amado...



A até 11 de março, pode ser visitada em Vila Franca de Xira a exposição documental e bibliográfica “Horizonte revelado”, onde se abordam as principais etapas e a evolução, como criativo e homem socialmente empenhado, do autor de “Gaibéus”: dos romances aos contos, do teatro e do cinema à literatura infantil, dos estudos aos artigos de imprensa.

Trata-se, sem dúvida, da “mais completa e abrangente exposição documental até hoje dedicada a Alves Redol”, como sublinha David Santos, que aponta para uma outra exposição, que trata uma das “facetas menos conhecidas” do autor de “Barranco de Cegos”: o exercício da fotografia como auxiliar do trabalho literário.

Como referem os curadores dessa exposição, a funcionar até 30 de setembro, a experiência fotográfica e o exercício literário redoliano têm uma história em comum capaz de surpreender a leitura que ainda hoje fazemos de Alves Redol enquanto escritor concentrado apenas na palavra e no seu significado humanista.

A ligação de Redol com a imagem fotográfica é, afinal, sublinham, uma constante desde o início do seu percurso literário, resultado do impulso etnográfico que esteve na origem do seu entusiasmo e curiosidade para com o “outro” social, e ainda de um apreço demonstrado de diversas formas, ao longo dos tempos, em torno da imagem tecnologicizada, com expressão não só na autoria de muitas séries fotográficas, como na produção de argumentos e diálogos para vários filmes do cinema português dos anos 50.

À conversa com a reportagem do JF, o responsável do Museu do Neo Realismo fala-nos com entusiasmo de uma outra exposição, “pequena mas com especial significado” no conjunto das atividades comemorativas do centenário: *Alves Redol em Banda Desenhada* (BD). Em 1989 a Cooperativa Alves Redol e o Clube Português de Banda Desenhada, com o apoio do Instituto da Juventude e da CM de VF de Xira, promoveram um Concurso Nacional de Banda Desenhada para os jovens, intitulado “A Obra de Alves Redol”. Agora, o Museu apresenta, pela primeira vez, uma seleção daqueles trabalhos, destacando os premiados e outras pranchas que refletem a pluralidade estilística das dezenas de BDs que nesse ano concorreram à única iniciativa do género em torno da obra do escritor vila-franquense.

Projeto em movimento

Criado em 1990, a partir da atividade de um Centro de Documentação sobre o movimento neo realista português, o projeto do Museu do Neo Realismo evoluiu inicialmente em torno da área arquivística e bibliográfica. Porém, cedo enriqueceu e diversificou o seu património, desenvolvendo um vasto conjunto de coleções museológicas, com destaque para espólios literários e editoriais, arquivos documentais (impressos e audiovisuais), acervos iconográficos, obras de arte, bibliotecas particulares e uma biblioteca especializada na temática neo realista.

Vocacionado para o estudo e disponibilização de fontes documentais sobre o neo-realismo, o Museu tem vindo a promover uma prática continuada de investigação e divulgação dos seus conteúdos, correspondendo, através de uma ação pedagógica e didática adequada, ao público heterogéneo que o visita.

O Museu tende hoje a ultrapassar as fronteiras da sua vocação temática original para se situar, cada vez mais, no território das ideias e da cultura do século XX, relacionando assim outras correntes literárias, artísticas e de pensamento. Esta nova amplitude temática tem ajudado a clarificar de modo crítico o eco produzido pelo neo-realismo junto de várias gerações de escritores, artistas e intelectuais portugueses.

«Pretende-se que o neo-realismo seja homenageado de forma crítica, relacionando a sua temática com os dias que vivemos, numa grande relação com a contemporaneidade. É, sem dúvida, um desafio e uma aposta na reflexão e no cruzamento de diferentes disciplinas, partindo da análise e do estudo desta arte de grande preocupação política e social», como nos realça **David Santos**. Em próxima edição, vamos continuar a acompanhar o trabalho deste Museu em que o dinamismo e a criatividade são as *matérias primas* do seu dia a dia. ●



Um Serviço Educativo de mangas arregaçadas!

O Museu do Neo Realismo, através do seu Serviço Educativo, tem por objetivo proporcionar a públicos de todas as idades um vasto leque de atividades em torno da temática do movimento neo-realista, estruturadas de acordo com a sua programação anual e pensadas com vista a corresponderem aos interesses, quer da população escolar, quer de públicos adultos e famílias. Escolas de todo o país têm aderido com grande entusiasmo às propostas do Museu – exposições itinerantes, visitas guiadas, ateliers, etc. – como nos revelaram **Lídia Agostinho** e **Virgínia Figueiredo**, do Serviço Educativo. Todas as iniciativas são de inscrição gratuita, mediante a realização de marcação prévia através dos contatos do Museu:

Museu do Neo Realismo

Rua Alves Redol, n.º 45
2600-099 Vila Franca de Xira
Tel.: 263 285 626
Fax: 263 284 814
Email: neorealismo@cm-vfxira.pt



Homem profundamente culto

Alves Redol nasceu em Vila Franca de Xira a 29 de Dezembro de 1911 e estudou no Colégio Arriaga, à Rua da Junqueira, 66, em Lisboa (o seu pai era um comerciante abastado e uma figura prestigiada em Vila Franca). Concluindo o curso comercial com 15 valores, Alves Redol, de acordo com um seu depoimento (*Vértice*, n.º 258, Março de 1965), trabalhou “no escritório do meu pai durante alguns meses, onde revelei pouca tendência para o Deve e Haver”.

Aos 16 anos tem consciência de que a sua vocação é a escrita e disso é prova o seu primeiro texto publicado no *Jornal Vida Ribatejana*, em 10 de Julho de 1927. Em Abril de 1928 parte para Angola, onde se manterá 4 anos, e onde exercerá várias profissões, desde vendedor de pneus a professor numa escola nocturna. Atacado pela malária e por uma doença hepática, vê-se obrigado a regressar a Portugal. Porém, durante a estadia angolana não cessa de escrever e mantém uma coluna na *Vida Ribatejana* intitulada “De longe”. Entre 1932 e 1933 publica pequenas novelas no semanário *O Notícias Ilustrado*.

Percorrido este ciclo, verificamos que durante o ano de 1936 (início da guerra civil de Espanha) se opera uma acentuada reviravolta no pensamento de Redol e na sua concepção de arte. Na verdade, Alves Redol afasta-se da estética presencista, deixa de ser influenciado pelas teorias freudianas e sofre a influência de Plekhanov e de outros pensadores e escritores de raiz marxista e leninista.

Nesse mesmo ano, começa a colaborar em *O Diabo* a convite de Rodrigues Lopes que o incentiva a escrever sobre as tradições e costumes da sua região natal. E assim, em 1938, sai a público o seu primeiro livro, *Glória numa aldeia do Ribatejo*, um interessante estudo etnográfico, percorrido por um sopro lírico da linguagem.

Este mergulho de Alves Redol no universo popular foi como que o baptismo de um escritor que jamais abandonou, ao longo da sua obra literária, a temática

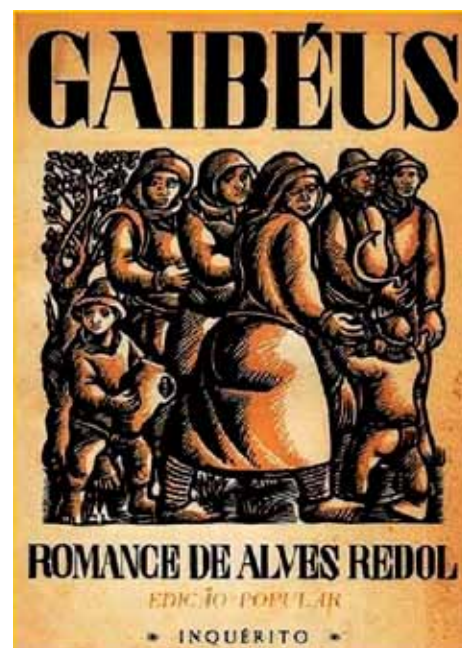
dos humilhados e ofendidos e da sua luta pela emancipação.

Ao contrário do que propalaram os seus detractores, Alves Redol era um homem profundamente culto a quem o canudo universitário não fez falta para se tornar o grande romancista de *O Barranco de Cegos* (1962) como o já era, aliás, em 1958, com *A Barca dos Sete Lemes*, ou, em 1959, com *Uma Fenda na Muralha*.

A sua obra literária inicia-se em 1939 com *Gaibéus*, livro com que se considera inaugurado o neo-realismo, como atesta Mário Dionísio, um dos mais argutos e brilhantes ensaístas literários portugueses, na sua ficha 5 (*Seara Nova*, n.º 765, Abril de 1942): “... aconteceu ser Alves Redol o primeiro a aparecer, em livro, desta geração que se tem preocupado no contacto directo da vida, que por ela tem dado e espera continuar a dar tudo, que para ela, e só para ela, reclama direitos de cidade nas letras e nas artes”.

Fiel a esta observação crítica de Mário Dionísio se manteve Alves Redol até à sua morte em 29 de Novembro de 1969, suportando corajosamente as perseguições do regime ditatorial ao militante comunista, as prisões e a tortura, acrescenta-se, a incompreensão de alguns críticos.

Tal como escreveu Alexandre Pinheiro Torres, “impõe-se que as novas gerações não ignorem o maior romancista das massas trabalhadoras que até hoje houve em Portugal”. Se isso acontecer estaremos com certeza perante um dos pontos mais relevantes das comemorações do 1.º centenário do nascimento de Alves Redol. | **Paulo Sucena** ●



Castelo de Vide

Projecto de Educação Patrimonial “O Meu Museu”



Os docentes interessados em programar uma visita a Castelo de Vide já podem contar com o apoio do Projecto de Educação Patrimonial “O Meu Museu”, que incide sobre o Museu da Sinagoga de Castelo de Vide e

o bairro judaico onde o mesmo se localiza. Todo o programa foi desenvolvido com o objectivo de proporcionar aprendizagens significativas sobre a história da localidade aos alunos mais novos, partindo das suas próprias práticas, levando-os a experienciar várias actividades relacionadas com a temática. Os guiões de interpretação, que foram criados sobretudo para os alunos dos 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico, ensinam a história da Sinagoga e da Judiaria de Castelo de Vide: guiados pelo “Gato Garcia que vivia na Judiaria”, podem partir “À Descoberta da Mezuzá” e verificar que “Da Casa do Judeu se fez um Museu”. A partir destas publicações, os alunos vão explorando o Museu e desenvolvendo diversas tarefas, através de variadas formas de expressão. O “Gato Garcia que vivia na Judiaria” também já se encontra online, no seguinte endereço: <http://www.ogatogarcia.blogspot.com/>. ●

Exposição de BD

“Lince-ibérico: a sua história em Portugal”



A LPN – Liga para a Protecção da Natureza apresenta a exposição de Banda Desenhada “Lince-ibérico: a sua história em Portugal”, aberta ao público no edifício do Mundo em Festa, Centro

Empresarial Lionesa, edifício G 34, em Leça do Balio, até 10 de Fevereiro próximo. As ilustrações são de um dos mais notáveis autores portugueses de banda desenhada, José dos Santos Garcês, e

o argumento é do biólogo Bruno Pinto. A BD foi elaborada no âmbito do Projecto LIFE Habitat Lince Abutre e conta a história do Lince-ibérico desde a pré-história até aos dias de hoje. Ao visitar esta exposição (gratuita), para além de ficar a conhecer melhor o Lince-ibérico está também a ajudar-nos na conservação desta espécie. Esta será uma das várias actividades que vão acontecer no âmbito da parceria que visa durante um ano desenvolver acções de sensibilização sobre a espécie junto de diferentes públicos a Norte do país. ●

5.ª edição

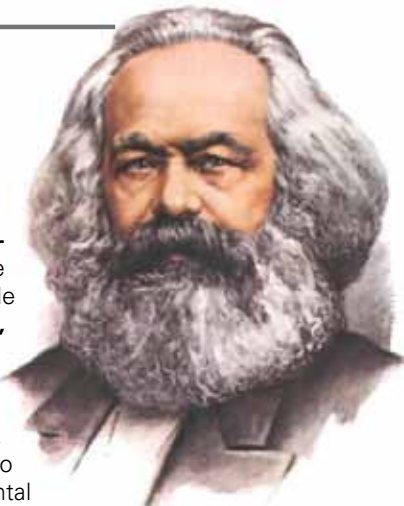
Concurso Europeu “Dia do DNA”

No âmbito do Dia do DNA 2012, assinalado internacionalmente a 25 de Abril, a Sociedade Europeia de Genética Humana (SEGH) convida os alunos do Ensino Secundário a participar na 5.ª edição do Concurso Europeu “Dia do DNA”. A iniciativa pretende incentivar os jovens a questionar e reflectir sobre a importância e as implicações sociais

da investigação na área da genética, desafiando-os a elaborar um texto crítico sobre o tema. Termina a 1 de Março o prazo para entrega dos trabalhos concorrentes. O Dia do DNA é uma iniciativa europeia de divulgação da genética e das suas aplicações para promover a reflexão e o debate junto das escolas e do público em geral. Para concorrer, os alunos são convidados a apresentar um ensaio escrito sobre um de dois temas escolhidos pela comissão, na área da Genética Humana. Os temas são desdobrados em questões orientadoras – disponíveis no sítio European Society of Human Genetics – DNA Day – que devem ser respondidas no ensaio. Os trabalhos, redigidos em inglês (máximo de três trabalhos por turma inscrita), são submetidos pelos professores. O anúncio dos vencedores do concurso ocorre no dia 25 de Abril. São atribuídos prémios aos alunos autores dos três melhores trabalhos e aos professores orientadores. Para mais informações, consultar o sítio Ciência Viva – Acções de Divulgação ou o sítio European Society of Human Genetics – DNA Day. Para informações sobre a Sociedade Europeia de Genética Humana (SEGH), consultar o sítio European Society of Human Genetics: Home. ●

Congresso Internacional “Marx em Maio”

O Congresso Internacional “Marx em Maio, perspectivas para o séc. XXI”, organizado pelo Grupo de Estudos Marxistas (GEM), terá lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa nos próximos dias **3, 4 e 5 de Maio de 2012**. Congresso multidisciplinar, incluindo participantes das áreas da filosofia, da história e da economia, mas também das ciências naturais, das artes plásticas, da política e do mundo sindical, o seu fio condutor será a actualidade e fertilidade do pensamento marxista enquanto instrumento fundamental de análise crítica. Num contexto de crise generalizada, pautada pela desconsideração do papel da racionalidade, da teoria e da cultura como elementos fundamentais de transformação, individual e colectiva, o Congresso Marx em Maio procurará contribuir para o aprofundamento de problemáticas centrais dos nossos dias e para o estímulo de um pensamento científico guiado por uma racionalidade crítica e dialéctica. Estão previstas intervenções de Américo Nunes, André Levy, António Borges Coelho, António Louçã, Angeles Maestro (Espanha), Bruno Peixe, Carlos Pimenta, Carlos Vidal, Dimitris Patelis (Grécia), Francisco Melo, Georges Gastaud (França), Gisela da Conceição, Guilherme da Fonseca-Statler, Helena Rato, Hernâni Resende (GEM), Inês Félix (GEM), Irene Vipparelli, Jean Salem (França), João Arsénio Nunes, João Vasco Fagundes (GEM), Jorge Alves, José Barata-Moura, José Croca, Lincoln Secco, Luís Carapinha, Luís Rafael Gomes (GEM), Manuel Carvalho da Silva, Manuel Dias Duarte, Manuel Gouveia, Manuel Gusmão, Manuel Raposo, Miguel Queiroz (GEM), Miguel Urbano Rodrigues, Patrícia Ponte Bastos (GEM), Pedro Carvalho, Pedro Penilo, Pedro Santos Maia, Periklis Pavlidis (Grécia), Ricardo Antunes, Ricardo Noronha, Rui Moreira, Rui Namorado Rosa, Sara Totta (GEM), Selma Totta (GEM), Sérgio Ribeiro, Souto Teixeira e V. A. Vaziulin (Rússia) ●



Museu Europeu do Ano 2012

Três museus portugueses entre os finalistas

O Museu do Côa, no Douro, o Hotel-Museu do Convento de São Paulo, no Redondo, e o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, nos Açores, estão entre 46 nomeados para o Prémio do Museu Europeu do Ano 2012. O prémio é atribuído anualmente pelo European Museum Forum (EMF), organização sem fins lucrativos criada nos anos 1970 para promover a qualidade das instituições museológicas, e que funciona sob os auspícios do Conselho da Europa. A cerimónia de atribuição do Prémio Museu Europeu do Ano 2012 terá lugar em Penafiel, entre 16 e 19 de Maio, onde decorrerá a assembleia anual do EMF. Os três museus portugueses fazem parte de uma lista de 46 nomeados de 20 países, entre eles Grécia, Irlanda, Rússia, Estónia, Alemanha, Holanda, Suíça, Espanha, França e Reino Unido. Na decisão final do júri pesam habitualmente os esforços realizados pelos museus europeus para atrair visitantes através de programas nas áreas da interpretação, responsabilidade social, comunicação e marketing. | Lusa, 28/12/2011 ●



CONCURSO

Universidade do Algarve “Criar Ciência”

Decorre até **31 de Janeiro** a fase de inscrição no Concurso “Criar Ciência”, organizado pela Universidade do Algarve (UA) em parceria com a Direcção Regional de Educação do Algarve (DREALG) – Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares. Dirigida aos alunos do Ensino Secundário do distrito de Faro, a iniciativa, nesta sua primeira edição dedicada ao tema “Ciências e Tecnologias do Mar”, tem como principal objectivo a sensibilização dos jovens para as áreas científicas, premiando projectos inovadores, e o estreitar de relações com a Universidade do Algarve enquanto pólo produtor e difusor de ciência. Podem concorrer grupos até três elementos, orientados por um professor. 1.ª fase: até 31 de Janeiro – Inscrição dos grupos a concurso. 2.ª fase: de 14 a 25 de Maio – Entrega dos trabalhos. São atribuídos prémios aos três melhores trabalhos. A entrega dos prémios realiza-se na Universidade do Algarve durante o mês de Junho. A UA vai organizar uma exposição itinerante, representativa dos projectos realizados, que estará patente em cada uma das bibliotecas municipais do Algarve. ●

MÚSICA

Casa da Música Festival de Jazz “12 Points”: lugar aos jovens músicos!



Desde a sua primeira edição, em 2007, o prestigiado festival “12 Points” tem crescido rapidamente e é já um dos destinos de eleição dos jovens músicos europeus na área do jazz. O “12 Points” realiza-se alternadamente em Dublin, a sua sede, e noutras cidades europeias. Agora, em 2012, é na cidade do Porto que os 12 projectos emergentes seleccionados entre centenas de candidaturas encontram a oportunidade de se apresentarem perante o público e uma elite de programadores de jazz internacionais. A diversidade impera, desde os grupos com raízes firmes na tradição do jazz a outros vocacionados para as sonoridades mais experimentais. O festival decorrerá entre os dias **16 e 19 de Fevereiro** e é apresentado como um dos pontos altos da programação da Casa da Música, que, recorde-se, tem a França como país-tema para 2012. ●

GUIMARÃES

Capital Europeia da Cultura



No momento em que fechamos esta edição do JF, está em contagem decrescente o arranque da programação da Capital Europeia da Cultura/2012, em Guimarães. Depois da cerimónia e espectáculo de abertura a 21 de Janeiro, no Multúso, às 18h00, com vários artistas convidados, o nosso destaque vai para o Festival Internacional de Órgão Ibérico, no próximo dia 27, com direcção artística de Gianpaolo di Rosa (Igreja de Santo António dos Capuchos, 21h30). Já em Fevereiro, propomos um espectáculo de dança – “Um gesto não passa de uma ameaça” – no dia 2, no Centro Cultural Vila Flor, às 22h00, com coreografia de Sofia Dias e Vitor Roriz. Ainda em Fevereiro, os habitantes da *cidade berço* são convidados a emprestar objectos de valor pessoal e simbólico para figurarem numa exposição representativa dos afectos vimaranenses. Estão previstas actividades, concertos, sessões de cinema, exposições, debates e outras iniciativas até ao último mês do ano. | JPO ●

+ **INFO** www.guimaraes2012.pt